|  |
| --- |
| **COMISSÃO DA VERDADE**  **PRESIDENTE**  **DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**  **18/02/2013** |

**COMISSÃO DA VERDADE.**

**BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.**

**18/02/2013**

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Boa tarde. Nós vamos iniciar essa sessão da Comissão da Verdade que precede a pauta de hoje, que é a oitiva sobre a participação do Consulado Americano e da FIESP e dos trabalhadores. Inicialmente fazendo uma singela homenagem e uma lembrança pela morte do filho do jornalista Dermi Azevedo ocorrida ontem.

O nome do menino, Carlos Alexandre Azevedo foi torturado com apenas 1 ano e 8 meses de idade no DOPS de São Paulo em 1974. Nunca mais se recuperou dessa violência. O Carlos Alexandre, filho de Dermi, e o Carlos ficou conosco por cerca de um mês, quando os pais estavam presos.

Eu queria pedir um minuto de silêncio, que a gente guardasse um minuto de silêncio. Eu vou ler uma nota aqui depois, do Movimento Nacional dos Direitos Humanos sobre a morte do filho do Dermi Azevedo, cientista político, Carlos Alexandre Azevedo. Primeiro vamos fazer um minuto de silêncio em memória desse menino.

Bom eu vou ler uma breve nota que nós fizemos aqui pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo à família de Carlos Alexandre Azevedo.

A Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva presta nesse difícil momento seu total apoio e solidariedade a Darcy, Luzia e Dermi Azevedo e toda a família de Carlos Alexandre Azevedo, que se suicidou na madrugada de ontem, 17 de fevereiro de 2013, com uma overdose de medicamentos.

Carlos Alexandre Azevedo foi preso com os seus pais quando contava com apenas 1 ano e 8 meses de idade, no dia 14 de janeiro de 1974, levado ao DOPS, notório centro de torturas e extermínio, foi submetido à violências físicas, psicológicas que não se pode estimar o quanto contribuíram para a constituição da sua personalidade, marcada pela fobia social e pela depressão.

Como disse seu pai, Dermi Azevedo, o suicídio é o limite de sua angústia. Carlos Alexandre ou Cacá, como era carinhosamente chamado, tinha 37 anos. Os efeitos da ditadura ainda custam muito a essas pessoas que foram diretamente atingidas pelo terrorismo de Estado e, portanto, a toda sociedade brasileira.

O trabalho de elaboração desses traumas, tanto do ponto de vista estritamente subjetivo, quanto social, demanda a verdade, a justiça, a reparação. Tarefas urgentes de um Estado que se pretenda qualificar enquanto democrático.

Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva Estado de São Paulo.

Então, essa nota, o Movimento Nacional de Direitos Humanos também emitiu nota a respeito, e também um texto, vou ler brevemente um texto do próprio, do próprio Dermi, do próprio Dermi.

“Meu coração sangra de dor. O meu filho mais velho, Carlos Alexandre Azevedo, suicidou-se na madrugada de hoje, com uma overdose de medicamentos. Com apenas 1 ano e 8 meses de vida, ele foi preso e torturado, em 14 de janeiro de 1974, no DOPS paulista, pela equipe do delegado Sérgio Fleury, onde se encontrava preso com sua mãe.

Na mesma data, eu já estava preso no mesmo local. Cacá, como carinhosamente o chamávamos, foi levado depois a São Bernardo do Campo, onde, em plena madrugada, os policiais derrubaram a porta e o jogaram no chão, tendo machucado a cabeça. Nunca mais se recuperou. Como acontece com os crimes da ditadura de 1964 a 1985, o crime ficou impune. O suicídio é o limite de sua angústia.

Conclamo a todos e a todas as pessoas que orem por ele, por sua mãe Darcy e por seus irmãos Daniel, Estevão e Joana, para que a sua, nossa dor seja aliviada.

Tenho certeza de que Cacá encontra-se no Paraíso, onde foi acolhido por Deus. O Senhor já deve ter-lhe confiado a tarefa de consertar alguns computadores do escritório do Céu e certamente o agradecerá pela qualidade do serviço.

Meu filhinho, você sofreu muito. Só Deus pode copiosamente banhar-te com a água purificadora da vida eterna.

Seu pai, Dermi Azevedo.”

Bom, vamos lá. Hoje nós estamos instalando, digamos assim, o Conselho Político, o Conselho de Acompanhamento da Comissão Estadual da Verdade. Por que constituir esse conselho?

A Comissão da Verdade não pode ser vista como um movimento isolado da sociedade. Ela é um produto de uma luta. Então, nenhum Estado brasileiro, nenhum partido político, nenhum governo pode ser única e exclusivamente o canal de representação da sociedade.

A Comissão da Verdade, tanto a Nacional, criada na forma da lei, como as estaduais e municipais, como de Bauru, Santos e outras tantas que estão sendo criadas no Estado, têm a função de drenar, de abrir e canalizar toda a Ordem da OAB, representada aqui pelo Dr. Vaz Garcia, Aton Fon, enfim, as da USP, São Francisco, todas essas iniciativas, são o produto da luta da resistência do povo brasileiro.

Desde o Golpe o povo brasileiro luta, resiste e agora começa a contar sua história. Então, a ideia de criar esse Conselho na sociedade civil de acompanhamento dos trabalhos, tanto da Comissão Estadual, como das outras Comissões, da Comissão Nacional é uma coisa importante, porque a sociedade, e a Comissão da Verdade não pode ser vista como uma, um conjunto de especialistas, de notáveis, de pessoas que não têm uma convivência com a sociedade.

A Comissão da Verdade tem que ser fruto da sociedade e da história. Por isso que, a importância de duas pessoas, como Ivan Seixas e Amelinha Teles, têm praticamente o coração da Comissão da Verdade Estadual.

Então, eu queria ver se tem condições até de projetar na tela o nome das pessoas que compõem, mas se não tiver não há problema nenhum. Nós vamos registrar as presenças das pessoas que estão aqui hoje, eu até pediria, nessa formação inicial da Comissão Estadual da Verdade, do Conselho Político e do Conselho Consultivo, do Conselho de Acompanhamento da Comissão, a gente convidou a Fátima Nassif, pelo Conselho Regional de Psicologia, mas que está representada aqui pela Dra. Dodora, nossa companheira Dodora.

O Airton Soares, o Alípio Viana Freire, o Américo Astuto Rocha Gomes; advogado do Núcleo de Preservação da Memória Política da Convergência Socialista. A Angela Mendes de Almeida, do Coletivo Merlino; Dom Angélico Sândalo Bernardino, o Sr. Arivaldo Padilha, nosso companheiro da resistência dos protestantes; Antônio Donizete Ferreira, advogado; Antonio Sérgio Ribeiro, Departamento de Documentação e Informação; Antônio Magalhães Júnior, procurador-chefe da Assembleia Legislativa.

Aton Fon Filho, advogado; Augusto Camargo, Sindicato dos Jornalistas; Cândida Guariba, Frente do Esculacho Popular; Carlos Alberto Ungaretti Dias, gestor da Divisão do Acervo Histórico; Carlos Roberto Pittoli, da Comissão da Verdade de Bauru; Catarina Pedroso, Cordão da Mentira; Clara Charf, Associação de Mulheres pela Paz. Claudio Adolfo Martins Haase, procurador da ALESP; Crimeia de Almeida, Comissão de Familiares e Mortos Desaparecidos; Daniela Cembranelli, Defensora Pública; Deisy Ventura, professora da Universidade de São Paulo.

Dulce Muniz, Teatro Studio 184; Eduardo Valério, Ministério Público de São Paulo, Fernando Morais, jornalista, Flávia Piovesan, procuradora do Estado, frei João Xerri, dominicano, frade dominicano. Gilberto Bercovitch, Comissão da Verdade do Vale da São Francisco; Hector Keiti Satudi, procurador da Assembleia Legislativa; Idibal Pivetta, advogado; César Vieira, advogado; Igor Fuser, Unifesp, professor da Unifesp, jornalista; Ivo Mesquita, Pinacoteca do Estado;José Damião de Lima Trindade, nosso companheiro procurador.

Juliana Cardoso, vereadora, Comissão Wladimir Herzog da Câmara Municipal; Kátia Felipini Neves, Memorial da Resistência; Kenarik Boujikian, Comissão da Verdade da Associação dos Juízes pela Democracia; Lauro Ávila Pereira, Arquivo Público do Estado; Lira Ali, Levante Popular da Juventude; Márcio Sotelo Felipe, nosso companheiro procurador do Estado; Sra. Margarida Genevois, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo; Mariluce Moura, companheira “Revista FAPESP”, Mário Sérgio Duarte Garcia, presidente da Comissão da Verdade da OAB de São Paulo.

Marlon Weichert, Grupo de Trabalho sobre Justiça de Transição do Ministério Público; Maurílio Maldonado, Instituto do Legislativo Paulista, professor Milton Bellintani, jornalista; Padre Fernandes, professor Uninove; Pedro Pomar, ADUSP, Rafael Martinelli, presidente do Fórum dos Ex-Presos e Perseguidos Políticos, Renato Simões, Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas, Rosalina de Santa Cruz, Campanha pela Comissão da Verdade PUC e USP, Sebastião Neto, Oposição Sindical Metalúrgica, Stephanie Morin, Human Right Watch; Vladimir Sacchetta, Associação dos Amigos do Arquivo Público; Waldemar Rossi, Pastoral Operária; Yuri Carajelescov, Procurador da Assembleia, Grupo Tortura Nunca Mais, Comitê Paulista para Memória, Verdade e Justiça, Comissão da Verdade de Santos; Cesar Antonio Alves Cordaro, advogado.

Eu, antes de abrir a palavra para as pessoas que aqui compareceram, queria passar a palavra para o Ivan e para a Amelinha, que fizessem algumas considerações para os nossos convidados.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Bom, antes de mais nada, só para acrescentar que a Comissão da Verdade de Santos é presidida pelo nosso amigo, vereador Evaldo Stanislau que está aqui presente, e eu acho que a ideia desse Conselho Consultivo, Conselho de Acompanhamento que o deputado acaba de falar, para nós é muito importante porque a grande reclamação que a sociedade tem é de participação, de transparência e participação.

Então, a ideia que o Adriano teve de se criar esse Conselho para nós é fundamental porque só com a participação da sociedade, só com a opinião e principalmente a fiscalização é que se pode ter uma coisa transparente e verdadeira. Porque a Comissão da Verdade ou a verdade melhor dizendo, ela não é colocada de cima para baixo e as pessoas tem que aceitar como sendo isso é a verdade. A verdade, ela é construída a partir do trabalho de todos nós, a sociedade. E essa, a ideia de participar da Comissão da Verdade não é uma reunião em que nós todos do, desse Conselho vamos participar uma vez a cada, sei lá quanto tempo, é a participação efetiva, de estar se fazendo rodízio, se fazer rodízio, para que todos possam participar de uma ou de todas as audiências públicas.

Nós temos programadas para até o final desse semestre tantas audiências quantos casos que nós temos, que são 154 casos, que são de paulistas que morreram ou desapareceram, ou pessoas de outros Estados ou outros países mesmo que desapareceram em São Paulo. E com essa, esse número, ele faz uma parte considerável do número total de mortos e desaparecidos. E para nós é fundamental essa participação do Conselho não só como difusor ou como fiscalizador, e principalmente possa corrigir o que nós estamos fazendo.

Tudo que nós estamos fazendo aqui na Assembleia, por uma determinação inicial do Adriano, é que tudo é transmitido pela Internet ou ao vivo pela TV Assembleia. Então isso aqui não tem segredo, não tem nada secreto. Então, para nós a participação de todos do Conselho é fundamental para a gente poder corrigir a rota, por quê? Porque até o final desse semestre, nós vamos registrar os casos, porque pela primeira vez o Estado está apurando.

Sempre coube às famílias dos desaparecidos e dos mortos a produção da prova, a denúncia e a produção da prova. Isso foi na época da ditadura e foi e é até os dias de hoje em plena democracia. As famílias é que tem que produzir prova. Tem que denunciar e produzirem as provas para que o Estado fale: ah, sim, isso é verdade. Não faz sentido uma coisa dessa. A Comissão da Verdade inverte essa lógica. Ela agora chama as famílias para elas registrarem o acontecido e principalmente para apurar.

Então, o trabalho que nós estamos começando hoje com essa audiência pública é esse primeiro passo. Já fizemos alguma apuração e vamos expor, vamos cobrar. No segundo semestre esse trabalho tem um desdobramento que são audiências complementares às que estamos fazendo nesse primeiro semestre, que é o registro, depois a apuração e no segundo semestre são outros depoimentos complementares de testemunhas que participaram dos eventos que levaram à morte do desaparecido, do morto, como vítima também. Mas nós vamos também colocar para a Comissão Nacional, que tem poder de convocação, a convocação para oitiva dos que torturaram, assassinaram ou mandaram assassinar os nossos companheiros mortos e desaparecidos.

E ao final do ano, já no finalzinho, começo do ano que vem, fazemos o relatório com as recomendações, e essas recomendações são importantes exatamente pelos setores da sociedade, que pode dizer com o que foi apurado o que pode fazer para mudar o país a partir daí. Isso daí é que é importante. Nós temos uma visão muito clara, muito óbvia que se não tivermos a capilaridade das comissões municipais, elas não são acessórios, elas são fundamentais porque são a base do trabalho daqui.

Se não tivermos a participação das comissões setoriais, dos sindicatos, das associações, dos Conselhos Regionais de Psicologia, Médico, etc. e tal, nós não temos o principal. Nós temos que dar essa, o detalhamento fundamental. Agora, nós temos aqui em São Paulo uma grande vantagem que é o material que nós temos para pesquisar no Arquivo Público está aqui. O Lauro que é o coordenador lá do, não tanto assim, você é um cara muito importante, do Arquivo do Estado, ele é, o Arquivo do Estado é o único arquivo, diga-se de passagem, ele é totalmente aberto no Brasil. O primeiro e que se mantenha assim. E isso graças a uma, óbvio, uma pressão das famílias, mas é também uma decisão política que a gente tem fiscalizado e tem se comportado como tal.

Então, o Lauro trouxe esse material para essas primeiras audiências, as outras todas nós vamos ter mais material, e isso é fundamental. Agora, se nós tivermos isso e não tivermos gente para orientar e fiscalizar, não adianta nada. Daí a ideia de se fazer esse Conselho, que eu acho que nós temos de imediato, que a Amelinha deve abordar isso, uma questão básica. Nós precisamos nos reunir não para dizer que nos reunimos, mas para trabalhar. E aí que temos que marcar já uma reunião o mais rápido possível para se dividir tarefas, montar estratégias e tudo mais de todo o trabalho que a Comissão Estadual e as Comissões Municipais e Setoriais possam fazer articuladamente para a gente poder crescer esse nosso trabalho e botar a ditadura abaixo, dentro da lata de lixo da história. A gente não repetir mais isso aí.

Amelinha.

**A SRA. AMELINHA TELES –** Bom, boa tarde a todos. Eu queria assim, saudar a todas as pessoas aqui presentes e agradecer a todas as pessoas que foram convidadas para integrar o Conselho Consultivo e responderam de forma tão carinhosa e de forma tão receptiva à nossa proposta. Eu acho que é uma proposta pioneira. É uma proposta que chama a sociedade civil organizada, comprometida com a causa da verdade e da justiça, para vir aqui juntos, nós construirmos a verdade. Nós estamos aqui buscando caminhos. Não é fácil. Nós buscamos organizar nossas atividades, mas, nós temos, a gente encontra com muita dificuldade novas informações.

Todas as informações que nós temos são informações, de uma certa forma, que já ocorreram em algum momento desses, após a ditadura, ocorreram essas informações. Nós partimos do dossiê de mortos e desaparecidos políticos que é um trabalho que os familiares reúnem informações naquele trabalho de muitos anos, desde a época do movimento da anistia. Mas nós gostaríamos de ver esse trabalho avançar. Avançar ou consolidar essa história que nós estamos escrevendo à duras penas.

E aí nós precisamos de gente gabaritada como vocês, como essa representação que se encontra aqui. E aí, realmente como o Ivan falou, nós temos que trabalhar. Eu acho que nós esperamos de vocês, aqui chama Conselho Consultivo, foi o nome que a gente conseguiu, mas o Conselho Consultivo, nós inventamos esse órgão, mas é mais do que consultivo, a gente queria, nós temos uma programação até o mês de junho e nós queremos que vocês estejam em uma programação, aqui com intervenções concretas para ver e sentir em cada audiência, a gente vai ter possibilidade de sentir o que está fluindo e o que está segurando essa informação. E aí, todo mundo que ajudar mesmo, é uma mobilização política, é uma muito qualificada que nós vamos ter, que nós queremos que vocês façam isso.

Nós vamos entregar uma pasta, nessa pasta já tem um documento produzido pela Comissão, que é explicando o que é a Comissão da Verdade. Nós pensamos que isso devia fazer parte de um folder, um material que fosse amplamente divulgado pela sociedade.

E aí, não sim, esse documento vocês vão receber, como a gente ainda não imprimiu e não fez aos milhares, que nós temos de fazer, vocês podem opinar também, já começa daí. Leiam o documento, vejam se está bem claro, se aquela pessoa que não participa todo dia aqui com a gente, se ler esse documento, ela vai se mobilizar, vai sentir que também pertence a esse processo de construção.

E ali também tem o nosso cronograma das audiências, cronograma de atividades. E aí nós queremos que vocês estejam juntos nessas atividades. Estejam assim acompanhando, participando. A gente sabe que é difícil, mas a gente gostaria que tivesse mesmo uma intervenção bem, bem frequente para que a gente possa atingir os nossos objetivos.

A nossa proposta hoje era mesmo de fazer uma rápida apresentação do Conselho Consultivo, fazer uma instalação, formalizar essa instalação desse Conselho, também acho que está aberto aqui para, não sei se esse momento, porque logo em seguida, nós vamos ter uma audiência, então eu não sei esse momento vai estar muito aberto à participação de vocês. Mas nós convidamos. A gente tem uma proposta de uma reunião com mais tempo que seria no dia 18 de março, uma segunda-feira, às 14h, é uma sugestão, que poderia ser, inclusive nesse auditório, pode ser, que seria nesse auditório mesmo. Para a gente poder, aí vocês já terem a leitura do documento, do que nós já realizamos até agora. Então eu acho, 18 de março, hoje é 18 de fevereiro, daqui a um mês, seria daqui 30 dias essa reunião. Tá? Obrigada.

Eu queria, mais uma vez, é isso, gente. Agradecer muito a participação de vocês. E olha, eu acho, a gente olhou com carinho assim todos os nomes, nem todas as pessoas estão aqui, que nós indicamos. Também podem indicar outras pessoas, eu acho que tem que estar aberto, mas a gente buscou com muito carinho as instituições e as pessoas.

Eu fico muito feliz de ver a Margarida Genevois aqui, porque essa é uma bandeira da luta contra a tortura. Essa foi a primeira mulher que eu conheci quando eu saí da cadeia e que foi, ela foi, e eu nunca vou me esquecer disso, eu fui lá na Cura, me falaram assim, vai lá na Cura, que você tem que conversar na Comissão de Justiça e Paz para falar tudo que você passou. E eu cheguei lá, encontrei a Margarida e ela falou assim, eu falei: Não, Margarida. E ela queria saber como eu estava vivendo, o que que estava acontecendo. E eu falei assim com ela: É tão difícil falar isso. Mas ela falou assim: Fale, crie forças e denuncie. E eu acho que eu denunciei, não parei mais de denunciar, não é, Margarida?

E acho que foi a força dela, foi a força dela. Ela me deu a primeira força. Eu acho assim, eu fico muito feliz de ver essa mulher aqui hoje fazendo parte desse Conselho. Eu acho que isso é uma grande vitória, e eu acho que é uma grande vitória a gente montar esse Conselho. Eu acho que a gente devia dar uma salva de palmas para todas nós e principalmente para ela.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Só para registro, eu sou testemunha presente aqui que se eu estou vivo, graças a Margarida Genevois e o Dom Paulo, que se não fosse, muitas vezes que tentaram me matar, e ela junto com o Dom Paulo tentou e fez de tudo para tentar desarticular os muitos crimes, inclusive um entre os quais me matarem, que eles fizeram. Isso daí eu acho que é um trabalho absolutamente sem condições da gente dimensionar, mas é uma figura, Margarida Genevois é uma figura que, é um patrimônio nosso. Eu acho que a gente tem que sempre que se lembrar disso e sempre exaltar. Não vamos fazer aquela coisa de deixar para lá, não. Isso é um patrimônio nosso, com muito orgulho e muito carinho que a gente tem você aqui, está bom, Margarida.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Nós pretendemos às 14h começar a sessão que nós chamamos de sessão dos trabalhadores, dos operários, do movimento dos trabalhadores e a repressão, enfim, toda a conjuntura. Principalmente os trabalhadores do chão da fábrica e a participação dos empresários no Golpe, que é toda a conjuntura.

E nós então, eu queria antes de passar para a segunda parte, primeiro convidar as pessoas que vieram para a instalação do Conselho, se elas pudessem permanecer mais um pouco, porque tanto o Ivan como a Amelinha e graças ao apoio do Arquivo do Estado, foram conseguidos documentos importantíssimos que vão ser apresentados, discutidos, e haverá um testemunhal da chamada representação operária, da representação dos trabalhadores. Esse e o papel do Consulado Americano, da FIESP e por aí afora.

Mas antes de passar para essa segunda parte, eu queria receber rapidamente uma nota enviada em mãos pelo presidente da OAB, pelo presidente da Comissão da Verdade da OAB, Dr. Mário Sérgio Duarte Garcia, enviada pelo presidente da OAB que eu gostaria de registrar.

São Paulo, fevereiro de 2013.

Recebi com muita honra o convite para a audiência pública para apresentação dos documentos em relação da FIESP, do Consulado americano e dos aparatos de repressão em São Paulo, a realizar-se 18 de fevereiro, no Auditório Paulo Kobayashi no Piso Monumental da Assembleia Legislativa. Com meus sinceros agradecimentos e lamentando não poder comparecer a esse importante evento em razão de compromissos assumidos anteriormente, informo-lhe que indico o presidente da Comissão da Verdade, Dr. Mário Sérgio Duarte Garcia para me representar.

Marcos da Costa, presidente da OAB.

Muito obrigado.

Bom, antes de iniciar a sessão propriamente dita, eu queria pedir, Ivan vamos pegar a nota da FIESP de esclarecimento para a gente abrir já com a nota da FIESP. Porque como, mas estou só recomendando. Está digitalizada a nota da FIESP? Não. Então, me traz a nota da FIESP por escrito para a gente poder ver. Não, vamos fazer na abertura, vamos fazer na abertura. Como a coisa vai ser pesada hoje, vamos ler na abertura para ninguém dizer que a gente esqueceu de ler. Vamos nos precaver porque nosso couro é curto.

Então eu queria, Ivan, vai ocupando a palavra enquanto vai chegando...

**O SR. IVAN SEIXAS –** Eu só queria pedir um favorzinho, é o seguinte, quem foi lido o nome aqui que está representando, que faz parte do Conselho, falasse com a Vivian que está entregando a pasta aqui, porque a gente não tem pasta suficiente para entregar para todo mundo, então, só quem faz parte do Conselho que a gente tem hoje pasta e depois nós vamos imprimir e passar para todo mundo.

Então, tendo, favor aí, levantando a mão para ela poder entregar só para quem é do Conselho.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Mas todas as outras pessoas vão receber depois.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Ah, então tudo bem. Melhor.

**Bom, a** importância da presença dos membros do Conselho nessa audiência pública que vai começar agora às 14h é fundamental, já como parte do trabalho. Então, por isso a gente está pedindo encarecidamente o favor de ficar e participar. Por quê? Porque é um momento muito delicado.

Essa audiência pública que nós vamos fazer à tarde, seguida a essa, ela tem um caráter muito importante, porque a oposição à ditadura sempre apontou que havia beneficiamento e ligação dos empresários com repressão, chegando inclusive à história de ter financiamento.

Sempre se acusou a participação dos Estados Unidos na criação do Golpe, na implantação da ditadura e na instrução de torturas. Sempre isso foi a oposição que falou. Hoje nós vamos apresentar documentos que não são uma opinião, não são uns documentos que são uma coisa produzida por nós, da oposição.

Hoje nós estamos apresentando documentos feitos pela própria repressão, que é o livro de entrada e saída no prédio do DOPS, dizendo quem entrava lá, além dos delegados tinham os visitantes, e ali fica claro que tinha isso que se mostra historicamente como uma acusação feita pela oposição, aparece ali límpida e cristalinamente que isso existiu.

Não estamos falando de financiamento de tortura. Nós estamos falando de ligação. Nós queremos apurar qual é a ligação dessas pessoas com a repressão, com as torturas. Nós não estamos falando de participação nas torturas. Nós estamos suspeitando que participaram.

Então, com isso ressalvado, nós vamos mostrar. A conclusão é meio óbvia, mas nós temos que mostrar, porque a Comissão da Verdade, ela não tem a tarefa de pontificar. A verdade foi assim. Isso quem faz é a ditadura. A Comissão da Verdade apura. Levanta os fatos e apresenta para a opinião pública para aí sim fazer o julgamento. Que é essa a ideia do Conselho. E com base nisso a sociedade pode concluir por uma questão de lógica o que é que nós estamos falando, e podemos apurar.

Basta nós fazermos o levantamento desses fatos que mais gente aparece para dizer, e também tem isso, e também tem aquilo. Nós estamos falando de documentos, mas nós estamos falando também de fatos que as pessoas presenciaram. Então, a ideia da gente fazer essa apresentação desses documentos, que é parte do Arquivo do Estado, isso está disponível no site, no site do Arquivo. Então, nós temos a incumbência de dar visibilidade a esses do Arquivos do Estado, e mostrar. Isto está à disposição.

Agora, a leitura desse material é que faz a diferença porque está lá, mas quem não sabe o que está escrito não entende. A nossa tarefa é interpretar, descobrir e principalmente concluir. Com base nisso a gente apresenta para a sociedade, que vai concluir fazendo ideia de tudo que aconteceu lá, a partir de documentos produzidos pela própria repressão. Essa é a tarefa que nós temos hoje à tarde, daqui a pouco nessa audiência pública. E com isso a gente pode contribuir para apurar a verdade.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Bom, estão chegando**,** Chegaram outras pessoas que pertencem ao Conselho. O Cesar Cordaro, a Clara Charf, Waldemar Rossi, Martinelli, Pedro Pomar, companheirão Pedro Pomar, e então todos estão recebendo a pasta do material. Também está aqui, está organizando a Comissão da Verdade de Santos, o companheiro Evaldo Stanislau, vereador da cidade de Santos.

Então, vamos abrir a sessão lendo, embora não tenha em meio digital, mas eu vou ler a nota da FIESP e quem quiser uma cópia...

Nota à imprensa.

De Vitor Nuzzi para Ivan Seixas, para a Comissão Estadual da Verdade.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo esclarece que o nome de Geraldo Resende de Matos não consta nos registros como membro da diretoria ou funcionário da entidade. É importante lembrar que a atuação da FIESP tem se pautado pela defesa da democracia e do Estado de Direito e pelo desenvolvimento do Brasil. Eventos do passado que contrariem esses princípios podem e devem ser apurados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2013.

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Feitos esses esclarecimentos, o Consulado Americano não mandou nota de esclarecimento, nem em português nem em inglês.

Vamos lá. Danilo, vamos começar uma retrospectiva então? Então, nós preparamos uma pequena introdução da história do movimento operário, dessa relação entre os trabalhadores, poderia dar uma escurecidinha, chegou a Família Prado, representada a história do movimento operário presente. Então, Danilo, vamos na sequência. Eu vou ficar aqui para projetar na tela.

Então, vamos lá. Vamos começar com 1907, a primeira greve, fazendo uma saudação especial a Waldemar Rossi, Rafael Martinelli. Só que não era dos comunistas ainda, era dos anarquistas, mas vamos começar com 1917, para falar da Mooca, do Brás, do Belém, vamos começar. Américo se emocionando.

\* \* \*

- É feita a exibição do vídeo.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Evidente que nós queríamos falar da greve de 1917, teve um probleminha técnico, então nós vamos fazer um corte e já vamos chegando aqui nessa década de 1950, onde o Paulo Roberto Fontes, o Paulo Fontes, Paulinho Fontes, conta a história do Sindicato dos Químicos através da história da Nitroquímica, e a grande greve.

Então, ele faz uma apresentação, um trabalho interessantíssimo, pouca gente recuperou já com a chegada do Partido Comunista, Virgilio Gomes da Silva. Então, ele conta como que a fábrica foi formada, que foi feito um ramal da Central do Brasil exclusivo para o Antônio Ermírio fazer sua fábrica. As condições de trabalho da indústria química, a fabricação de seda e aí ele descreve a greve da batalha de São Miguel, a greve dos trabalhadores da Nitroquímica.

Danilo, mas tenta achar a segunda parte da greve. Espera aí, para um pouquinho. E aí dessa descrição nós temos poucos registros, não temos registros de imagem. A greve dos 400 mil. Abre a página 174, o dia a dia da greve dos trabalhadores, 174 e 184. Esse é um trabalho da recuperação da memória dos trabalhadores. Põe esse capítulo.

Em outubro de 1957, as vozes dos trabalhadores paulistanos faziam se ouvir mais altas, questionando aparente consenso e estabilidade que pretensamente o Governo Juscelino Kubitscheck trouxera para o país. Durante 10 dias, várias categorias profissionais alteraram a rotina da cidade, paralisando as atividades, num movimento que ficou conhecido como a Greve dos 400 mil. Desde o início do ano era crescente a insatisfação dos setores populares.

Esse é o segundo registro e nós vamos passar para o terceiro registro, esse de uma forma ilustrada pelo Idibal Pivetta, contando a história da Greve dos Queixadas, dos trabalhadores de Perus e a greve de 1968, a greve que afrontou a ditadura que tinha no outro lado, nada mais nada menos que Theobaldo Di Nigris e Luis Eulálio Bueno Vidigal. Então, nós vamos lembrar essas duas greves, falando um pouquinho dos Queixadas e da greve de Osasco, da forma que nós conseguimos, que só tinha em texto, nós tentamos.

\* \* \*

- É feita a exibição do vídeo.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ao fazer menção a essas duas greves, tanto a dos operários de Perus da fábrica do Abdalla, dos Abdallas, quanto da greve de Contagem, Minas Gerais e Osasco e São Paulo, lembrando pessoas como Zequinha Barreto, José Ibraim, e todo o comando da greve que afrontou a ditadura, onde Jarbas Passarinho, como ministro do Trabalho, em caráter de urgência embarcou para Minas Gerais.

Vinte mil pessoas em greve em Contagem, 10 mil pessoas em Osasco. No 1º de maio, em plena greve, o general Costa e Silva anunciou reajuste salarial, justificando ser uma concessão a todos os trabalhadores brasileiros na tentativa de ofuscar os efeitos da greve de Contagem. Todavia tal decisão marcou o início da luta operária, que estava sufocada desde o Golpe de 1964, acabou inspirando outras greves na história como a da COBRASMA em Osasco.

Bom, para concluir, (inaudível 0:55:29) e agora a gente já chega praticamente aos dias, mostrando a nova cara da FIESP através do Scatena, através do Santo Dias, que já é um movimento dos trabalhadores da oposição sindical metalúrgica.

\* \* \*

- É feita a exibição do vídeo.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Bom, nós fizemos essa outra perspectiva, ela ficou mais longa do que a gente, pode acender a luz por favor? Vamos reconstituir a Mesa. Eu só queria dizer que o filme e o documentário sobre a morte do Santo é do cineasta e documentarista Cláudio Kahns, os libertários, que ele começa a falar do movimento anarquista e da greve de 1917 é do Lauro Escorel e esse compacto aí do documentário Cidadão Boilesen é do Chaim Litewski. São esses três documentos que nós nos baseamos.

Então, queria convidar o Ivan, voltar para à Mesa, a Amelinha, e antes de passar para os depoimentos, queria convidar o diretor do Arquivo do Estado, que foi a pessoa que teve uma contribuição enorme para que essa sessão de hoje, queria pedir para o Lauro, Lauro, venha para cá por favor. É a pessoa que abriu os arquivos do Estado de São Paulo, que está fazendo esse trabalho sensacional.

Cadê a Amelinha? Amelinha, volta para a Mesa.

E agora então, vamos tocar a ordem do dia, dos depoimentos, da coisa.

Eu queria fazer essa questão, eu queria pedir uma salva de palmas para o Lauro, para toda a equipe do Arquivo pela abertura dos arquivos do arquivo do Estado, o Arquivo do Estado de São Paulo para que o povo brasileiro comece, a saber, da sua verdadeira história.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Bom,O trabalho que a gente fez em cima dos documentos do Arquivo do Estado tem como uma preocupação o seguinte, nós estamos apurando, então essa apuração leva a uma questão básica, os documentos têm que falar por si só. E esses documentos são absolutamente eloquentes. Eles falam, eles gritam para quem quiser entender. Primeira coisa, o que são os documentos que a gente tem. O que são os documentos.

Os documentos são livros de entrada e saída do DOPS que não é de presos. São de delegados e dos visitantes, de qualquer tipo que seja. Esses livros não sobraram muito. Então, nós conseguimos recuperar, nós sociedade conseguimos recuperar oito livros apenas. Então, é um livro de 1971 que não tem os primeiros meses. Começa em março e vai até outubro. Em 1972 tem uns três ou quatro meses. Depois em 1973 tem o finalzinho e começo de 1974. Em 1975 tem o finalzinho e o ano de 1976 que aí é muito considerável.

De 1977 até 1979 que é um negócio muito passageiro, porque não tem a atividade que tinha no período mais, mais bravo. Com base nisso, mesmo assim, mesmo sendo o que sobrou dá para a gente apurar muita coisa e dá para a gente apurar algumas pistas que podem nos ajudar a entender o que acontecia lá. Primeira coisa que dá para concluir é o seguinte, nós sempre trabalhamos com uma ideia de que a OBAN (militares) não falava com o DOPS (civis), grossa mentira.

O DOPS tem um papel muito importante, fundamental, que é o papel de articulador. Dentro do DOPS, dá para a gente concluir a partir desses livros, aconteciam às reuniões da chamada comunidade de informações. A partir dessas visitas a gente vê a romaria que existe de gente que vai lá, empresários, gente de toda a natureza, procurar o DOPS para alguma coisa.

Nós temos aquela famosa história dos pedidos de informação sobre a chamada antecedente político social. E essa romaria mostra o perfil do que era a ditadura. Então a ideia de que eles brigavam, que não se entendiam é mentira. Nós hoje temos convicção disso. Eles não só se entendiam como se entendiam muito.

Que não se visitavam, praticamente todos os dias tinha alguém da OBAN. Agora, outra coisa que a gente tem é aquela famosa história de que os empresários talvez participassem, talvez se beneficiassem. Aqui está mostrando que tinha uma relação, o que nós queremos descobrir é qual é essa relação. Que o Consulado dos Estados Unidos, que o Governo dos Estados Unidos, o Departamento de Estado tinha uma relação com a repressão no Brasil.

Isso nós acusávamos. Aqui nós temos a prova de que tinha essa relação. O tempo inteiro e em todos os meses e anos que a gente viu nesses livros, não existe outro Consulado que tenha uma participação tão efetiva e tão íntima com a repressão. Tem algumas citações com o Consulado da Coreia, da Bolívia tem duas ou três citações, tem até da Grã Bretanha, mas os Estados Unidos é a única figura jurídica que está lá constantemente presente.

Então, esses livros, eles têm essa cara aqui. E eu vou falar aqui para poder ler, contraste onde que tem contraste? Bom, essa página aqui é muito importante, nós vamos abordar em seguida.

Esse aqui era o DOPS, que era antes e que é hoje, o Memorial da Resistência, ele foi um órgão que participou dessa repressão não como acessório, como eu estava falando, ele participou como um órgão articulador. Ali quem entrava e quem saía eram identificados por nomes. Você tem inclusive Dom Paulo Evaristo Arns, está lá identificado. Então, ninguém vai se apresentar ao DOPS com um nome falso ou qualquer coisa assim. Era identificados e sabia-se quem era.

Desses nomes, dois destoam. Claris Halliwell, que era cônsul dos Estados Unidos no período de 1970 até 1974, e essa figura chamada Geraldo Resende de Matos, que é registrado lá como representante da FIESP.

O que dá para se entender a figura do Mr. Halliwell, não é de rotina diplomática visitar um aparato repressivo. Nenhum outro representante estrangeiro vai ao DOPS. Esse, o DOPS tem uma característica, na época não tinha Polícia Federal com a participação que tinha, então as delegacias estrangeiras funcionavam nos DOPS estaduais, e seria correto ver que as missões diplomáticas teriam alguma relação, mas não o próprio cônsul.

Esse Mr. Halliwell, ele foi ao DOPS uma quantidade de vezes que a gente não consegue dimensionar porque têm lacunas. Então, por exemplo, tem a entrada dele e sai não se sabe que horas. Provavelmente saiu de madrugada porque os funcionários ficavam lá até às 22h. Nesse prédio, a característica era um centro de torturas, um centro de assassinatos e todo mundo ouvia. Quem estava preso lá na carceragem ou estava passando de trem ou estava na praça de frente, ouvia, porque a tortura não era escondida. Era muito ostensiva essa ideia de se fazer essa tortura para assustar as pessoas. Vive-se naquele período chamado terrorismo de Estado.

O Claris Halliwell ele é um funcionário graduado. Ele tem uma história familiar que ele nasceu, a enfermeira que coloca o nome de Claris e ele era chamado pela família de Jack Halliwell. Mas ele não é uma figura menor. Ele já em 1958, ele tem, a gente tem esse documento em que está ali presente o embaixador Briggs, Roy Rubottom e Mr. Halliwell que estão se reunindo com o presidente Juscelino Kubitscheck. Então, não é uma pessoa qualquer. Ele é um cara do Departamento de Estado e figura proeminente.

O pai dele é um missionário que estava lá na Amazônia, então, ele conhecia o Brasil muito, muito de perto. Falava bem o português, pelo que se sabe. Agora, o Mr. Claris Halliwell tem essa, além de todas as entradas, essa é a mais importante que a gente consegue pode apontar, porque existe uma história envolvendo isso aqui.

No dia cinco de abril de 1971, por volta de 11h, o Devanir José de Carvalho que era comandante do MRT, que é Movimento Revolucionário Tiradentes, ele foi capturado lá no Tremembé, no bairro do Tremembé, na Rua Cruzeiro, número 111. Ele é capturado por volta de 10h30, 11h, e é levado para o DOPS para ser torturado porque o Fleury, ele tinha uma bronca pessoal do Devanir, porque ele tinha aprendido vários irmãos do Devanir, que era de família evangélica que vira de esquerda e tal. E o Henrique, o Devanir consegue escapar ao cerco.

Então, ele mandava avisos, pelos irmãos e pelas cunhadas, dizendo, avisa o Henrique que eu encomendei um bastão paralisante, vindo dos Estados Unidos que eu quero pegar ele vivo para torturar ele até a morte. Era o recado que o Fleury mandava. E o Devanir foi capturado dia 5, por volta de 11h e é torturado todo o dia 5, dia 6 e dia 7, por volta de 19h ele foi assassinado, e aí tem uma história particular.

O livro registra essa figura. O capitão Ênio Pimentel Silveira, vulgo Dr. Ney. Dr. Ney era o executivo, ou executor ou executante do major na época, Carlos Alberto Brilhante Ustra. E ele tinha como apelido dado pelos próprios colegas dele de ‘nazistinha’, então, dava para imaginar a figura que era esse cara.

Essa foto que a gente conseguiu se passa dentro do Gigetto, está o Dr. Ney, o Ênio, o Fleury e o capitão Dalmo Lúcio Cirillo. Essas figuras são amigas. São íntimos, são muito relacionados. O sítio 31 de março, onde o Ney, o capitão Ênio reinava, era um sítio clandestino e faziam churrascos, onde ia lá o Fleury, levavam as famílias para lá. Só que lá também se torturava.

O capitão Ênio, ele vai lá por volta de 10h30, 11h e sai de lá. O Henrique não deve ter chegado lá. Aí ele retorna às 12h35, Mr. Halliwell entra no prédio cinco minutos depois. Os dois não tem horário de saída. Também entram no prédio, onde os gritos dos torturados eram ouvidos, só para reforçar, outros agentes da repressão do DOI-CODI, que deduz-se que estavam participando das torturas do Devanir.

Devanir era um operário metalúrgico, torneiro mecânico, e era o líder da resistência armada nesse momento. Ele tinha muitas informações e era um dos mais procurados no Brasil, aqui de São Paulo notadamente, e era obviamente objeto de informação que tem que ser tirada. Então, eles baixam lá para fazer as torturas.

O Devanir, ele foi muito torturado. Por tudo que se sabe hoje no prédio, é improvável que o Halliwell estivesse ouvindo as torturas, porque nós que estávamos presos na carceragem lá embaixo ouvimos as torturas, no prédio inteiro ouvia-se as torturas. O Devanir foi muito torturado, não ouvia-se absolutamente nenhuma informação para o Fleury e essa gente que a gente vê que tem aqui. Essa história eu sei pelo seguinte, 10 dias depois da captura do Devanir, eu fui capturado junto com o meu pai.

Todo mundo sabe quem sou eu, Ivan Seixas, fui preso junto com o meu pai, nós fomos torturados juntos, meu pai foi assassinado na tortura depois de dois dias de tortura direta, não no DOPS, lá na OBAN, no DOI-CODI. Quando eu fui levado para o DOPS, uma das vezes que me levaram para interrogatório, uma das figuras que tinha lá, que anda aí pela polícia paulista e hoje é delegado, Carlos Alberto Augusto, na época era o chamado Carlinhos Metralha, era bem jovem, ele andava com uma metralhadora trançada no peito e não tirava aquilo para lugar nenhum. Foi um apelido dado pelo José Carlos Tralli e da equipe do Fleury, não era nosso apelido não.

E ele um dia subindo comigo me diz assim, você era de qual organização. Você era de qual organização? E eu provocativamente disse, eu sou do MRT. Aí ele fala, MRT do Devanir, e eu respondo, do comandante Henrique. Aí ele fala assim para mim, você sabe que nós matamos ele no pau aqui.

Ele foi torturado durante três dias, não deu uma informação, cuspiu na cara do Fleury e depois de três dias o Dr. Fleury resolveu matar para não transformá-lo em um segundo Bacuri. Então, essa é a história contada por um cara do lado de lá, que conta essa história. E complementa dizendo, nós vamos te matar igual, cara. Você é muito metido.

Então, era uma ameaça também contando essa história. E aí o Devanir que era um operário que não dá nenhuma informação, nem da casa onde estávamos. Nós estamos aqui, está no neto do Devanir, o Iuri está aqui, está lá no fundo, e é motivo de muito orgulho. O Henrique é um dos heróis brasileiros, e a gente sabe quem é. Sempre assumiu o que fez e sempre vamos contar a história.

Agora, quem é o Mr. Halliwell? Aí é que vem questão para nós aqui. Mr. Halliwell, no dia 5 de abril, na hora em que o Henrique está sendo torturado entra o capitão Ênio que está ali em cima, primeira lista, às 12h35, Mr. Halliwell entra às 12h40, cinco minutos depois.

O Acra que era delegado da Ordem Social está lá torturando também. Os outros que estão marcados, Cervantes Vidal, Francisco Franco do Amaral, Francisco Franco já indica o nome da figura, Francisco Franco do Amaral, o Coimbra, o Zildo, o major Lameira, o major Lameira era fundador da OBAN, e o coronel Rocha Lima, todos entram lá.

E vão provavelmente participar da tortura. Alguns saem antes, mas os outros não. Os outros viram a noite lá. Inclusive o Mr. Halliwell. Esses nomes aqui em destaques são os que eu falei para a gente marcar bem. Você vê, capitão Ênio, Mr. Halliwell, o Acra, o Cervantes Vidal, o Francisco Franco, o Coimbra, o Zildo, nenhum deles tem horário de saída porque eles viram a noite torturando, ao que tudo indica.

Essa figura do Mr. Halliwell, para nós é importante a gente detectar a seguinte questão. Em um grau mínimo ele ouviu as torturas. A história dele qual é? A história dele é simples. Ele é cônsul de 1970 a 1974 aqui em São Paulo e em 1974, ele vai para o Chile. Não por acaso o Chile estava terminando seu primeiro ano de ditadura Pinochet.

Essa figura do Mr. Halliwell, depois de um certo tempo, que a gente não conseguiu detectar ainda ele vai para o Equador. Então, você tem uma trajetória de um cara que é absolutamente atuante. Nós queremos saber exatamente quem é esse cara, o que ele fez, o Consulado, a Embaixada, o Governo Americano, o Departamento de Estado têm que nos explicar o que houve com a atuação desse cidadão aqui, porque não é possível que ele seja um funcionário que vai tantas vezes, ele ia quase, toda semana ia de duas a três vezes, em horários que a gente sabe que tinha torturas.

Então, isso aí é uma explicação que a gente exige. Que seja explicado para o Brasil o que um cidadão, representante diplomático, pode dizer o que estava fazendo dentro do DOPS nessas circunstâncias, onde as pessoas estavam sendo torturadas. Esse caso específico, muito objetivo que a gente pegou é mostrando esse cidadão, um grau mínimo ouviu e colaborou por omissão, um grau máximo conclui-se o que bem quiser.

Outra figura é o Geraldo Resende de Matos. O Geraldo Resende de Matos é identificado como FIESP, em alguns momentos como Federação das Indústrias, e em alguns pouquíssimos momentos é até confundido, de tanto que ele ia lá ele é colocado como delegado, mas o tempo inteiro ele é FIESP. Muitas vezes, absolutamente não tem horário de saída. E tem um que a gente vai mostrar que está escrito lá. Ele entra às 18h, ele sempre entra no final do expediente e saí 21h, 20h, mas tem algumas vezes que ele não sai essa hora. Ele sai no dia seguinte e está registrado.

Geraldo Rezende de Matos, 18h35 e sai as 6h45 do dia seguinte. Aqui embaixo tem outro, que tem ele aqui no dia seguinte, que é 24 de fevereiro. No dia 25 de fevereiro, ele sai também. Ele entra as 18h20 e sai as 12h35 do dia seguinte, meio-dia e meia do dia seguinte. Aqui é a mesma coisa, 17h45, não tem horário de saída.

De novo, 17h10 e não tem horário de saída. Tem até a placa do carro dele ali. Então, não dá para a gente dizer que é uma pessoa sem identificação. Ele é identificado até com a placa do carro. A identificação não era uma coisa de amigos. Está aqui, Dom Paulo Evaristo Arns, entrou 17h50 e 19h saiu. O vice-cônsul de Israel (ininteligível 01:46:54) entra as 17h55 e 18h15, ele sai. Se tem alguma relação eu não sei. Mas todos são identificados, claramente identificados.

Marco Polo Del Nero, que hoje é vice da CBF, vai lá também às 09h30 e sai as 13h50, Jaime Carvalho da Estrada de Ferro Central do Brasil, Rede Ferroviária Federal, viu, Martinelli, entrou às 17h25 e não tem horário de saída também. Carlos Eduardo (ininteligível 01:47:33), presidente da CMTC sai as 13h15 e sai as 14h. Paulo Magalhães Ferraz, presidente da CMTC, o outro era diretor, 09h50 e 12h.

Aqui nesse dia eu não sei se foi feito destaque de todos, foi feito o destaque de todos dessa página? Não. A gente tem ali o presidente do Sindicato dos Rodoviários, isso é dia 2 de maio de 1974. Provavelmente foi preso o Alcides Buono. Entra lá às 6h da manhã, às 6h30, ele é preso, sai às 14h.

Entra o cara da CMTC que sai às 14h, o presidente sai às 12h, mas você tem outras figuras que estão ali presentes, que é o presidente da Associação Paulista de Empresas de Ônibus, presidente do Sindicato de Ônibus da Capital, ou seja, o DOPS é usado... Aí vem a nossa questão. O DOPS é usado como instrumento para resolver questões trabalhistas. Essa é a questão que nós temos aqui.

Tem até uma curiosidade, Sra. Zélia Cardoso de Melo vai visitar o papai dela que era delegado, Emiliano Cardoso de Melo. Só que ela entrou às 19h e não se sabe a hora que ela saiu. Mas tudo bem.

Aqui tem uma pista também. Claudio Lunarte da Chrysler, vai lá entra às 11h e sai às 11h15. O que ele vai fazer lá? Provavelmente entregar alguma coisa. Aluisio Campos, delegado do Trabalho também vai lá. Então, não é uma coisa pouca. Aluisio Simões de Campos depois foi presidente do TRT. O mesmo do Lalau? O mesmo do Lalay.

Nilton Ribeiro da Silva, da Chrysler do Brasil também vai falar com o Dr. Tácito que era o delegado da Ordem Social e depois diretor. Bom, Isso daí para nós é muito claro o seguinte, o que...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Ivan, fala um pouquinho como chegou aquele resumo da história do Halliwell que chegou por impresso. Você falou breve, mas se possível mostrar toda a origem dele na Marinha, que era uma...

**O SR. IVAN SEIXAS –** Não, a gente conseguiu levantar, obviamente, tem uma blindagem dos Estados Unidos, com gente do Departamento de Estado. Nós conseguimos através da Internet levantar várias coisas. Tem três livros que citam o Halliwell como agente da CIA. Um deles é um livro que é colocado sob suspeita porque seria produto do KGB com a Stasi, que seria um negócio viciado, mas os outros dois não, são teses acadêmicas que mostram... Sim, que são teses acadêmicas que mostram que ele era um agente da CIA, um agente de Departamento do Estado, não sei que, que tinha uma ação dirigida sobre os países aqui da América Latina. Ele vem aqui em 1958 e participa dessa reunião com o JK não é à toa. Então, é um cara graduado, ele vem participar de uma coisa importante, graduada.

O pai dele era missionário na Amazônia. Não vamos nos esquecer de tudo que a gente reclamava desses missionários que vinham dos Estados Unidos, como sendo gente que vinha monitorar ou ocupar a Amazônia, aquela coisa toda, mas paranoias a parte, é uma coisa muito interessante.

O Halliwell, ele também tem uma outra questão que é a trajetória dele é, serviu na Marinha, serviu o seu país, foi cônsul em São Paulo, foi cônsul no Chile, em Santiago do Chile em 1974, durante a ditadura. Depois vai para o Equador, e depois some. A gente não tem mais pista do que ele fez. Só que é um cara que era apontado pela família, que era de família religiosa, tem a foto do túmulo dele, mas não tem mais nada a não ser isso daí. Um negócio muito sucinto o que tem sobre ele.

O Geraldo Rezende de Matos é uma figura que a gente conseguiu levantar, que ele teve uma participação que não se sabe exatamente. A FIESP soltou uma nota dizendo que ele não é diretor, nem funcionário em época nenhuma. Um jornal da capital, o “Estado de São Paulo” publica que ele teria sido do SESI. Nós não sabemos, mas o fato é o seguinte, ninguém em sã consciência, em plena ditadura iria se apresentar ao DOPS dizendo que era da FIESP ou de qualquer outra coisa que não fosse realmente. Não dá para ter um farsante lá para dizer que era Ministério e não sei o que, da FIESP. A não ser que realmente fosse.

A constância dele lá participando de reunião ou de conversa, sei lá de que natureza, é um fato. Está registrado. Só no ano de 1971 a gente tem 52 ou 53 entradas do Geraldo lá no DOPS, algumas não tem a saída. Nos anos 1972, 1973, a mesma coisa. E ele vai até 1978 ou 1979 que a gente não conseguiu ainda detectar, mas com certeza 1978 ele vai. Então, tem um período muito grande de ligação com a repressão lá no DOPS.

Então, essa história, vamos deixar de lado, ninguém está acusando que isso seja financiamento de tortura. Não é isso, não se tem argumento para afirmar nada. O que se tem é o seguinte, sempre houve uma ligação, sempre houve uma ligação entre empresariado e repressão política. Uma ajudando a outra, a outra ajudando a uma. O fato é que a gente sabe que teve uma repressão dentro das fábricas, teve listas negras, e a gente tem hoje aqui um depoimento muito importante, que o pessoal da oposição sindical metalúrgica produziu um material muito bom, com outros documentos que nós não tivemos acesso, que eu gostaria que o Waldemar, assim que lhe fosse aberta a palavra ao público, o Waldemar Rossi pudesse falar.

O Waldemar é uma figura para quem não sabe, é um metalúrgico, um operário histórico ligado à Igreja Católica que entre outras coisas, você foi sequestrado quando o Papa veio aqui, não foi? Então, além de muitas prisões que ele teve ao longo da vida por ser militante sindical.

**O SR. –** (ininteligível 01:55:00)

**O SR. IVAN SEIXAS –** Bom, mais...Só no ano de 1971, dos meses que tem, não são todos os meses, são 52 ou 53 vezes. Não são tanto assim. Fala, Bernardo.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** A fala com o Bernardo.

**O SR. BERNARDO KUCINSKI –** (ininteligível 01:55:28) os dois jornalistas que frequentavam regularmente...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Bernardo Kucinski com a palavra. Põe o microfone mais perto para gravar, Ivan.

**O SR. BERNARDO KUCINSKI –** Então, que aparecem no jornal, que se apresentava como José Ramos e o outro Pimentel. Em algumas vezes aparecem juntos, mas no geral, separados. O que vocês conseguiram sobre isso?

**O SR. IVAN SEIXAS –** O jornalista José Ramos, ele era do “Diários Associados”, que na época já era “Diário Popular”, não era Pimentel, era Cavalcante, ele seria do jornal “O Estado de São Paulo”. Então, ali você tem uma, um setorista dentro da repressão, de um jeito meio estranho. Setorista dentro de um prédio onde se tortura, no mínimo, é incômodo.

Na época que tinha censura e tudo mais. Mas, o que se levantou é que são essas figuras, e agora nós estamos tentando saber. Isso é uma coisa muito importante, até para o Sindicato dos Jornalistas ajudar, que tem uma Comissão da Verdade agora no meio jornalístico, ajudar a levantar isso daí. Não são só os dois, tem outros que vão, mas os outros não vão sempre. Esses vão toda semana lá, o José Ramos e o Cavalcante. Eles estão lá constante. São nomes verdadeiros. São nomes verdadeiros.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT – Espera um pouquinho, grava, grava.**

**O SR. JOSÉ AGUIAR –** Ivan, eu fui bancário até 1978.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Fala o seu nome, por favor.

**O SR. JOSÉ AGUIAR –** Meu nome é José Aguiar. Eu fiz parte do Sindicato dos Bancários. Eu era compensador de cheque no Banco Comercial do Estado de São Paulo. E eu presenciei a morte do Salvador Tolezano, eu peço até desculpa porque eu vou extrapolar os trabalhos de vocês.

Então, o Salvador Tolezano foi assassinado na porta do Banco do Brasil pela OBAN. Eu fui bancário até 1978, depois de 1978 nunca mais eu consegui emprego. E eu participei, eu vi a morte do Salvador Tolezano. Jogaram o corpo dele no rio, no rio Tietê, deram morte como afogamento e até hoje o Sindicato dos Bancários, eu já cobrei isso várias vezes do Sindicato dos Bancários, não faz uma apuração da morte do Tolezano.

**O SR. IVAN SEIXAS –** Mais uma história aqui para a gente...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Ivan, antes de fazer a segunda Mesa do Movimento Operário, o Lauro quer dar uma palavrinha, aí a gente compõe a Mesa com o Zico, o Waldemar, Américo, Sebastião Neto, tudo bem?

Então, o companheiro Lauro, do Arquivo do Estado.

**O SR. LAURO ÁVILA PEREIRA –** Do Arquivo do Estado.

Primeiro agradecer o convite para compor o Conselho Consultivo, agradecer a Comissão Nacional da Verdade, agradecer o deputado, dizer que esse trabalho não é um trabalho de uma só pessoa, obviamente. É uma equipe muito grande, dedicada, que compreende a importância de tratar essa documentação. A gente, o DOPS, ele tem, calcula-se, isso é um número aproximado, 1.200 metros lineares de papel entre fichas, prontuários, dossiês. Isso dá alguma coisa, se você colocar uma média aí, cinco, seis mil imagens, você tem mais de oito milhões de imagens de documentos, é um volume muito grande.

Ele vem sendo tratado há muitos anos, e eu queria aproveitar a oportunidade, até para garantir que aconteça, uma vez que a gente torna público o fato, que dia 1º de abril, não por acaso essa data, que cai em uma segunda-feira, vai haver um evento no Arquivo do Estado à tarde, no período matutino a Comissão Nacional da Verdade se reunirá no Arquivo do Estado, virá a São Paulo fazer a reunião dela semanal no Arquivo, e a tarde, 14h, estão todos convidados, e eu peço que divulguem, haverá um ato de lançamento de cerca de 850 mil imagens do DOPS na Internet. Vai ser o primeiro caso, hoje esses livros estão na internet já, são seis livros, é um volume pequeno, a gente está preparando para colocar 850, talvez um pouco mais, a gente queria um milhão, mas não deu, porque daí é um número de impacto.

Vão estar nesse ato, já estou vendo aqui, o Procurador da República Marlon Weichert, vai compor uma Mesa. A gente tem outros convidados, está convidado o deputado Adriano Diogo, o Ivan Seixas, enfim, vai ser um grande ato ligado à memória e direitos humanos, no dia 1º de abril.

Coincidentemente, é na mesma semana que ocorre a Semana Nacional de Memória e Direitos Humanos, e que vão ter atividades, está sendo coordenada pelo Núcleo de Preservação de Memória Política, no site deles, a partir de quarta-feira é possível encontrar a programação de diversos eventos, universidades, grupos da sociedade civil, professores, estudantes, sindicatos, que vão fazer atividades de 1º a 6 de abril no Brasil inteiro.

No site vai poder encontrar nas cidades o que está sendo planejado para cada um desses dias. Então eu queria deixar esses dois recados e convidá-los a irem ao Arquivo no dia 1º de abril à tarde para participar do evento de lançamento de uma parte do DOPS na internet. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Ótimo. Vamos compor a Mesa. Vamos compor a Mesa. Zico, Sebastião Neto, Waldemar Rossi e Américo Gomes. A chamada Mesa do movimento operário, da resistência operária.

Só uma coisa, companheiro. Eu queria completar a informação, dá para gravar, por favor? Dá o microfone para ele. Zico, como é seu nome completo?

**A SRA. –** Dá o endereço do DOPS completo.

**O SR. LAURO ÁVILA PEREIRA –** Ah. O endereço do Arquivo do Estado é Rua Voluntários da Pátria, 596. Se escrever no Google, Arquivo Público do Estado de São Paulo tem mapa, tem tudo direitinho. Fica na frente da Estação Tietê do metrô, só que a entrada é pela Voluntários da Pátria.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Como é seu nome?

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** José Aguiar dos Santos.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Você era bancário?

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** Eu fui bancário, fui compensador de cheque no antigo Banco Comercial do Estado de São Paulo...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** E esse companheiro que você falou que foi assassinado?

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** OTolezano.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Tolezano. Com s ou com z? Bom, tanto faz. Ele era do mesmo banco seu?

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** Ele era, não. Ele era funcionário do Banco do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Brasil.

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** É.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Você lembra a data que isso ocorreu?

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** Em1970.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** 1970?

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** É. Eu estava junto com ele...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Depois você deixa as suas coordenadas para você depor aqui na Comissão, para a gente...

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** Está bem. Eu cobro, eu peço desculpa por ter extrapolado, mas eu sempre cobrei do Sindicato dos Bancários uma apuração.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Vamos lá.

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** Inclusive, no 2º seminário sobre os presos políticos foi lá na Sede do Sindicato, eu estava presente e eu cobrei isso do Dr. Paulo Abraão. Eu cobrei, deixei meu e-mail, estou sempre dentro do Sindicato dos Bancários, já cobrei várias vezes. Eu tenho documentado em DVD isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Em DVD?

**O SR. JOSÉ AGUIAR DOS SANTOS –** Tenho. Bom, uma entrevista que eu fiz com a psicóloga, com a historiadora, eu conto a história, relato a história completa.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Muito obrigado. Bom, vamos compor essa Mesa? Zico, Waldemar, Neto, Rafael Martinelli. Rafael Martinelli nessa Mesa também. Martinelli.

Senta aqui, Rafael. Então, vamos começar pelo Zico, pela família Prado. Só está você e o João? Mas fala um pouco do livro do Tico também, aproveita. Vamos começar pelo Zico. Vamos lá.

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT –** Bom, eu quero me apresentar. Eu sou o deputado Zico. Estou aqui na Assembleia já há algum tempo, mas sou metalúrgico, e antes de ser metalúrgico eu fui trabalhador rural. Vim da roça em 1969, porque ocupei uma fazenda em Santa Fé do Sul junto com 136 agricultores e fui expulso, corrido, os militares me perseguiram lá, eu tive que vir me esconder em São Paulo, em São Mateus, estou lá até hoje, na mesma casa, no mesmo lugar, morando em São Mateus.

Em 1969 cheguei aqui, fui procurar emprego em fabrica, encontrei emprego na Metalúrgica Matarazzo, comecei, continuei minha militância política, estava relacionado, sempre minha atividade foi construída no movimento de igreja e na igreja, na Ação Popular, na AP a gente foi por aí afora.

Depois que saí da prisão, aí não participei mais da AP, porque também a maioria dos companheiros tinham sido presos, mortos, e assim por diante. Então, em 1969 eu trabalhei na Matarazzo, comecei algumas atividades políticas lá, internamente, mas tive que sair porque comecei a estudar no SENAI, fazendo um curso, e queria ser um profissional. Fui fazer Ferramentaria no SENAI Roberto Simonsen, lá no Brás, e que lá para nós, metalúrgicos, era um vestibular muito grande, para passar ali no SENAI não era fácil não. Todo mundo lembra dessas...

Então, saí de lá para arrumar emprego em uma metalúrgica no Tatuapé, na Rua Cantagalo, e lá estava me preparando para ser profissionalizado. Fui, com dois meses de empresa eu fui preso, dentro da empresa, às 16h da tarde, o DOPS foi lá me buscar porque tinha caído vários companheiros metalúrgicos na época e eu fui um deles que estava nesse rol.

Fui preso pela equipe do Fleury lá no DOPS. O meu patrão, era uma firma muito pequena, o patrão tinha, era simpatizante do Movimento Operário da Itália, e era um jovem da minha idade, na época, quando eu era jovem ainda, na minha época, então a gente começou a fazer, eu fui preso, fiquei dentro do DOPS, e eles foram para minha casa lá em São Mateus, tomaram café, um café torrado do interior, que minha mãe ainda tinha trazido, e para esperar meus irmãos chegarem porque eles não sabiam onde meus irmãos trabalhavam.

O João Prado, que está aqui, que depois pode contar uma parte da história dele, o João foi, já estava em casa porque ele trabalhava das 5h da manhã até 13h da tarde. Uma outra minha irmã tinha se casado, que trabalhava na Metalúrgica Matarazzo junto comigo, tinha se casado, tinha ido para o Maranhão para fazer um trabalho também de militância política lá no Maranhão. De lá, nós, ela a gente não conseguia, nós não sabíamos onde ela morava. Ainda bem que nós não sabíamos, lá no DOPS, onde ela estava morando, mas eles queriam muito saber onde meu cunhado e minha irmã estavam fazendo a militância política.

Eu fui preso às 16h da tarde, meus dois irmãos, quando chegaram da fábrica, para ter uma ideia, uma irmã minha trabalhava no Brás, para chegar em São Mateus, naquele tempo, era no mínimo duas horas de viagem. Então ela deve ter saído às 17h30 e às 19h30.

O meu irmão, o Tico, como a gente chama, esse que está escrevendo um livro de toda história da nossa família, da prisão, de tudo, ele chegou mais ou menos umas 19h em casa e ficou preso até chegar minha irmã e depois, eu vi a hora que eles chegaram, que eu já estava preso no DOPS, o Fleury já tinha já feito um comentário comigo, que era melhor eu me jogar do terceiro andar, acho que era terceiro andar, não é Ivan? Eu nem lembro. Porque era uma situação tão, porque era melhor do que eu passar a noite na tortura e no pau de arara, porque morrer por morrer seria melhor morrer eletrocutado ali naqueles fios. Mas, era uma coisa que, essa tortura psicológica.

Eu fui torturado no dia 30 de novembro, eu fui preso no dia 24, no dia 30 eu fui torturado do meio-dia às 20h, com todo tipo que vocês sabem que o DOPS praticava, não precisa aqui ficar contando os detalhes da tortura, mas não conseguiram descobrir, fazer uma ligação da família toda com relação ao que a gente tinha vivido no interior com todo aquele movimento da terra que nós tínhamos levantando lá na região.

Não conseguiram fazer nenhuma ligação entre o trabalho comprovado, que eu era da AP, que nem meus irmãos eram da AP. Quando eu saí da prisão o Waldemar estava lá em casa, era acho que dia 23, 24 de dezembro, eles não conseguiram. Mas eu fiquei sendo vigiado pela fábrica, eu voltei a trabalhar na mesma fábrica, minha irmã voltou a trabalhar na mesma fábrica, e meu irmão, que trabalhava na Philco, voltou a trabalhar na mesma fábrica, com uma carta enviada pelo Fleury, que nós temos cópia até hoje, pedindo para não demitir nós. Fleury pedindo para não demitir porque nós ficamos vigiados de 1971 até o final de 1974. Todo dia hora que levantava, antes de ir para fábrica, tinha um senhor na porta e outro na porta da fábrica, tanto minha quanto dos meus irmãos.

Depois que o movimento foi crescendo, eu não continuei, eu continuei participando do trabalho da igreja, na comunidade, com os bispos na fundação da pastoral operário, do movimento contra a carestia, tudo isso, esse trabalho eu nunca deixei, mesmo sabendo que dentro da igreja tinha sempre um agente do DOPS lá, ou no movimento sindical tinha agente do DOPS, a gente nunca deixou de estar participando só porque tinha o agente do DOPS lá.

Em 1976 eu faço uma conversa com o meu patrão que, junto, em uma discussão com os companheiros do movimento sindical, o Neto, o Waldemar, o Vitor, eu queria procurar emprego em uma empresa maior e fui trabalhar no ABC. Fique trabalhando lá 45 dias, que foi a primeira etapa. Me demitiram, me acharam.

De lá fui para uma metalúrgica aqui na divisa de São Bernardo e de São Paulo, aqui no Sacomã, fiquei mais 90, 89 dias, me acharam de novo e eu fui demitido. Saindo de lá, para confirmar tudo aquilo que o Ivan já mostrou aqui da relação do DOPS com o Movimento Operário sindical que a gente participava, de lá eu fiquei, não conseguia mais emprego, estava com muita dificuldade de conseguir emprego, fiquei seis meses desempregado praticamente, depois arrumei emprego em uma empresa que não era metalúrgica e consegui ficar dois anos.

Consegui ficar dois anos em uma empresa porque não era metalúrgica. Ela era metalúrgica, chamava Monache, fazia aquelas maquininhas de carimbar preço de supermercado, que naquela época o custo de vida rodava tanto, a firma trabalhava noite e dia para fazer aquelas maquininhas para registrar o preço. Trabalhei dois anos, mas ela era registrada não como metalúrgica. A minha seção era metalúrgica, era ferramentaria, mas o resto da fábrica era papel, papelão, que fazia as etiquetas para fazer, fiquei dois anos lá, mas era muito pequena e eu já me achava que queria ir para uma outra grande.

Fui para a Caio. Fui trabalhar na Caio, lá na Penha, uma empresa, isso já em 1978, por aí, 1978, fiquei 1978, 1979 na Caio, a gente conseguiu fazer duas greves, não é, Neto? Nós conseguimos fazer duas greves para melhorar, porque na fábrica não tinha, não tinha nenhuma, não tinha refeitório, uma fábrica com mil e 800 operários não tinha refeitório, não tinha banheiro decente para os trabalhadores, e todas essas condições que a gente via e que era uma luta nossa do dia a dia.

Por isso, em 1979, depois da greve da Caio, eu fui demitido, que morreu um companheiro, porque um ônibus que estava parado na rampa desceu e passou em cima de um companheiro que estava fazendo o trabalho, estava trabalhando, o ônibus perdeu o freio, passou em cima, matou e nós ficamos de greve até ver toda a política que a empresa ia prestar para assistência do companheiro que tinha morrido lá.

O Adriano me lembrou aqui que na minha turma de presos estava também o Luiz Hirata, que foi um companheiro nosso que também era da AP, que morreu na tortura no DOPS em uma sala do lado, na cela do lado que nós estávamos presos. Então, o Luiz Hirata foi da mesma turma e o Luiz Hirata era metalúrgico também, junto com nós, e ele morou em São Mateus, o Luiz Hirata também.

Então, só para registrar isso. Obrigado, Adriano, dessa lembrança, que a gente não consegue lembrar tudo. É mais para contar a história da ligação que tinha entre o Movimento Operário e entre a FIESP e o DOPS era tão evidente, viu Ivan, o Ivan estava aqui agora, é tão evidente, que depois que eu saí da Monache, fui trabalhar em outra metalúrgica, fui trabalhar na Gazarra, lá na Estrada do Pêssego, fiquei também só 89 dias, que 90 dias era o tempo de experiência.

Depois fui trabalhar na Kasval, fiquei mais 61 dias. Isso tem tudo registrado nas minhas carteiras profissionais. Saí da Kasval, fui trabalhar em outra firma, em uma outra metalúrgica pequena também, Metalúrgica Fanandri, que tem ali na Mooca, atrás da Fundição Brasil, também consegui ficar lá, não cheguei ficar seis meses.

Depois fui para Fundição Brasil, que era uma firma grande, e nós estávamos com um movimento bom ali da oposição sindical. Eu fiquei ali também 89 dias sacramentados. Saindo da Fundição Brasil, eu fui trabalhar em uma outra metalúrgica chamada Kasval, no Tatuapé, isso já, quando morreu o Santo Dias, na greve nossa em 1979, eu fui escolhido pela oposição sindical para ser um dos negociadores na FIESP, para sentar na mesa para negociar com os patrões.

Aí eu tive uma série de desempregos consecutivos, de firma que era 15 dias, exame médico que eu prestava o cara falava que eu não estava apto para trabalhar e aí fui em uma firma pequena, que era uma metalúrgica que tinha na Rua Cantagalo, lá no Carrão, que era do Paschoal Thomeu, depois eu fiquei sabendo disso aqui na Assembleia Legislativa quando ele era deputado aqui comigo.

Eu fui perguntar para ele, fiz os testes, levei os papéis, no dia que eu fui levar os papéis para começar a trabalhar no outro dia a firma falou que já tinha preenchido a vaga e então que eu não tinha mais vaga lá. Quer dizer, a vaga minha eles já tinham dado para outro naquele dia, naquele mesmo dia, ou não tinha nem preenchido a vaga, o que não interessava era eu trabalhando.

Depois tive, com a nossa luta de a gente conseguir estabilidade com a entrada na CIPA, foi aí que eu consegui trabalhar, depois de 1982 até 1984, eu trabalhei na Monache, na Monache, fiquei lá um bocado de tempo, até 1986, e de 1986 a 1990 eu fiquei na ICP, na qual eu estou lá até hoje registrado como metalúrgico e estou deputado.

Então, para comprovar toda essa ligação que o DOPS tinha com os empresários, eu acho que não tem muito o que procurar. Está tudo evidente. Isso não é só comigo, o Waldemar, o Neto, todos os nossos companheiros metalúrgicos de oposição sindical, comprovadamente, vão contar a mesma história minha porque era comum entre nos ficar todo mundo desempregado antes e durante as negociações na FIESP ou depois da negociação da FIESP.

Depois de 1979, na minha representação lá na FIESP, aí foi a coisa mais difícil arrumar emprego porque eu era, não dava nem, fazia o teste, passava, chegava, não assumia. Isso foi em inúmeras metalúrgicas.

Mas eu não podia deixar aqui de registrar da importância que tem, cumprimentar aqui o Adriano por essa iniciativa de montar aqui na Assembleia Legislativa a Comissão da Verdade, porque nós vamos, temos muito o que esclarecer em São Paulo sobre essas questões do Movimento Operário, do movimento da luta pela liberdade de expressão política que nós fizemos no Brasil.

Mas eu também queria anunciar para vocês que eu aprovei agora no fim do ano, o Ivan está cuidando disso junto, nós aprovamos um memorial aqui na Assembleia Legislativa chamado Santo Dias, e que a gente vai escrever lá o nome de todos aqueles que lutaram e morreram aqui para ficar registrado nos anais da Assembleia Legislativa.

Acabei de aprovar, agora nós estamos esperando a Assembleia Legislativa implementar esse projeto e esse memorial aqui na Assembleia Legislativa. Muito obrigado pela experiência, pela experiência, pela...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Ótimo. Eu queria que o Delmar Mattes, na clandestinidade também era operário da Arno, alemão, ficasse aqui do lado da gente com o Zico, com o Waldemar. Vem para cá, Delmar, nosso companheirão, Delmar Mattes, vamos lá. Fica aqui, Zico, cabe todo mundo. Zico, fica aqui.

Agora vamos começar, Waldemar Rossi.

**O SR. WALDEMAR ROSSI –** Boa tarde. Eu quero dizer que fico muito satisfeito de poder encontrar tanta gente, que a gente se conheceu na luta, na resistência, e a gente poder colocar em comum um pouco a nossa contribuição a esse trabalho importante da Comissão da Verdade.

E quando o Adriano Diogo anunciava, no começo, dois comunistas e anarquistas, eu me lembrei, imediatamente, da mesma fala do comandante do segundo exército no ano de 1980, quando tinha que pegar autorização para entrar no gramado do Morumbi por conta do encontro com o Papa, todos que apresentaram os nomes foram aprovados, menos o Waldemar Rossi porque ele era um comunista contumaz.

Até hoje eu não sei o onde está o “Tomás” nessa história, mas, de qualquer forma, ao me colocar entre os comunistas que lutaram e que merecem o título eu fico muito feliz, porque os ideais revolucionários não podem morrer.

Bem, a informação que eu quero passar em nome do projeto memória e com a participação importantíssima do IEP, que é comandado pelo Neto, é de que nós estamos fazendo a recuperação histórica do trabalho, da luta da oposição sindical, que já foi colocado uma vez como uma verdadeira saga, que vai ali desde os anos 1967 até metade dos anos 1990, na luta contra a estrutura sindical brasileira, de denúncia do trabalho que faziam de traição que faziam os pelegos colocados pelos militares, mas também de denúncias dos ataques que os militares faziam em cima dos direitos dos trabalhadores.

Evidente que, a começar no Sindicato de São Paulo, Metalúrgico de São Paulo, nós tínhamos uma visão estratégica. Sindicato mais importante na América Latina na época, que não era, não é um sindicato, onde estão empresas que produzem um determinado produto, mas que produz de tudo o que está relacionado com a metalurgia, com material elétrico, eletrônico e tudo mais. Isso aqui era básico para implantação no novo modelo industrial bancado pela ditadura militar.

Não podemos esquecer, dentro do que eu já vou dizer daqui a pouco, temos que colocar isso, a nossa compreensão é de que o Golpe militar veio para mudar o modelo econômico do País. Portanto, os interesses que regeram tudo isto que foi falado e que vamos falar mais, de repressão, etc., estava voltado para a questão do novo modelo econômico.

Era preciso garantir a implantação das, na época, chamadas multinacionais no Brasil, passar a economia nacional para o controle das multinacionais. Então havia uma guerra nesse sentido. E nós fomos fazendo todo esse trabalho. E por conta disso, aí nós temos um pequeno exemplo do que o Zico falou, contou de como ele foi perseguido o tempo todo, e aí se nós juntarmos cada um dos companheiros que aqui estão, nós teremos aí centenas, centenas e centenas, até milhares de demissões, por razões rigorosamente políticas.

A repressão entendia que a oposição sindical metalúrgica de São Paulo não podia assumir a direção do sindicato, que significava criar um empecilho para aquele modelo de desenvolvimento. Isso eles tinham certeza absoluta e eu concordo com eles. Bem, então, ao chamar a gente de comunista não queriam nada mais nada menos que bagunçar a cabeça do povão. Tudo era comunista, etc.

Ao fazer a recuperação dessa história, nós vamos encontrar casos muito importantes. Por exemplo, nós acabamos de produzir um folheto, que é esse aqui, um caderninho, com alguns dados importantes e estamos aqui propondo à Comissão da Verdade que inclua esse processo nas suas pesquisas. Então nós vamos entrar com um pedido com o seguinte teor:

Propomos à Comissão da Verdade, um, investigar a relação entre as empresas e a repressão política a partir dos documentos já encontrados e dos testemunhos conhecidos. Dois, convocar para esclarecimento os organizadores já identificados do financiamento empresarial...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Waldemar, vocês trouxeram vários caderninhos, as pessoas da plateia já receberam. Desculpa, continua.

**O SR. WALDEMAR ROSSI –** Pois não. Dois, convocar para esclarecimento os organizadores já identificados do financiamento empresarial aos órgãos de repressão, como Delfim Neto e os empresários citados, aqui nós já vimos um exemplo. A nossa contribuição é no sentido de fazer avançar isso.

Bom, nas pesquisas que nós fomos fazendo, nós fomos colhendo depoimentos que foram gravados em DVD. Esse do Zico, por exemplo, tem lá uma hora e tanto de depoimento de como, da história que ele contou dos irmãos dele, etc. E tantos outros que fizeram esses depoimentos.

O que nós constatamos, que a perseguição aos companheiros da oposição era sistemática. Não importava sua capacidade, sua competência profissional, não importava o quanto eles contribuíam para produzir as riquezas do capital. Se eles tivessem uma ligação com o movimento, eles seriam dispensados. Eu fui simplesmente beneficiado com 18 demissões em 25 anos. Uns com 20, outros com mais, mas era assim que a coisa ocorria.

E ao fazer esse levantamento, nós percebemos que era preciso ir além e procurar no Arquivo do Estado, documentos que pudessem nos ajudar. Por isso nós encontramos coisas importantes. Por exemplo, da COBRASMA, saiu foi, tem um documento que mostra, no caderninho aí está mostrando, quem tiver ele na mão, pegar ele aqui, é o primeiro documento para pesquisar, que está escrito ali, esse documento mostra um pedido da COBRASMA no ano de 1965 para o DOPS fazer o levantamento de um conjunto de operários que trabalhava na fábrica, 1965, antes daquele ano quente de 1968.

Porque isso coincidia com a construção de comissão de fábricas, que foi a primeira na história do Brasil de um processo de organização dos trabalhadores, processo interno. E o que é curioso é que eles apresentam nesse dia um, que seria o Sebastião Pires de Oliveira, como chefe de vigilância da COBRASMA. Eles apresentam ao DOPS. Portanto, uma vinculação direta. E o DOPS vai responder depois dando o nome e o enquadramento de cada um dos funcionários que estão lá. Então esse é um dos primeiros documentos que nós estamos anexando.

O segundo está relacionado com a Tecnoforjas, da zona leste, que enviou documentos, fichas cadastrais de uma quantidade de trabalhadores que participaram de uma greve. Mandaram para o DOPS, foram encontrados...

**O SR. JOSÉ ZICO PRADO – PT –** O Albino é meu cunhado.

**O SR. WALDEMAR ROSSI –** Então, o Albino, cunhado dele, era um deles. Está aqui mostrando. Então, isso encontraram no DOPS.

O terceiro documento, que é muito importante também, está ligado a uma lista negra do ABC. As fontes de informações estão aí colocadas claramente. Tem o caso também da Monark, da zona sul, que enviou também para o DOPS fichas de 200 dos seus trabalhadores porque tinham participado de uma greve. Estão lá as fichas cujas cópias algumas estão aqui para os senhores verem.

E, finalmente, nós vamos ter uma lista negra organizada pela Associação dos Administradores, o pessoal de Santo Amaro, atual Associação Paulista de Gestores de Pessoas. E essa pessoa fez essa declaração, ela participou do processo. Está gravado isso por nós também.

E, finalmente, nós temos um documento sobre as mortes em uma das fabricas mais criminosas aqui da cidade de São Paulo, que foi a Lippert. Trabalhadores morriam lá dentro em acidentes, eram levados para fora e depois era dada a morte por qualquer outra razão. Uma quantidade enorme, e nós só temos uma lista, que vocês estão vendo lá, a partir de 1986. Fora as outras que nós não sabemos. Como ocorria isso?

**O SR. –** Tinha um diretor do sindicato lá...

**O SR. WALDEMAR ROSSI –** Sim. Tinha diretor de sindicato lá dentro. Que mais? Mas como ocorria isso?

A, digamos assim, a disciplina interna, o controle interno era feito por um delegado que morava lá na região e tinha ligação direta com o DOPS. Bom, então, a partir disso, a partir desses documentos, que endossa um pouco o que já foi apresentado, nós estamos dando essa contribuição e pedindo que, se possível, a Comissão da Verdade encabece por aí, porque nós queremos deixar claro aquilo que foi colocado aqui hoje várias vezes, havia ligação direta com os empresários da FIESP com o DOPS.

Havia ligação direta dos empresários da FIESP com o DOI-CODI. E, tem o caso específico do companheiro Castro, como é que é? Odes de Castro, que declarou estar gravado isso também em DVD, que ele foi levado para o DOPS e do DOPS foi transferido para o DOI-CODI em uma das peruas da “Folha de São Paulo”, diretamente vinculado com esse trabalho da repressão.

Então, o que nós colocamos, que é uma aparente contradição, que é só aparente, quiçá da natureza do sistema capitalista, é que aqueles que produzem as riquezas, são obrigados a se portar como carneiro. Não têm o direito de se sentirem como pessoas, seres humanos, que possam reivindicar seus direitos. A história do Movimento Operário é assim. E no Brasil, no tempo da ditadura, não foi diferente, foi muito pior. É preciso que essas coisas fiquem muito claras para que as atuais jovens gerações e outras que virão possam conhecer a história da luta dos trabalhadores no Brasil.

Eu queria encerrar isso lembrando que estavam aqui presentes, não sei se ainda estão, alguns companheiros ligados à história de Perus. E um deles é o Salvador Pires, que foi presidente da Frente Nacional do Trabalho e que participou também de todo esse processo de repressão.

E lembrando também, hoje tem uma notícia que me chegou, que um companheiro, filho do Dermi Azevedo, o Dermi Azevedo estava preso comigo na mesma cela em 1974. O filho dele mais novo cometeu suicídio ontem. Esse menino, com um ano de idade, segundo seus pais, um ano de idade, foi torturado no DOPS para que os pais pudessem delatar a companheira que era responsável por um trabalho, a Maria Anilde, que era responsável por um trabalho junto a CNBB, sobre a questão da educação. E os traumas que vieram daí levaram esse jovem, agora com seus 40 anos, possivelmente, a ter uma vida muito conturbada e, infelizmente, suicidou-se.

Muito obrigado, gente.

**O SR. –** Você é o mais velho de nós aí, fala você.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Eu peço desculpas, Waldemar, o Anísio teve que sair, a gente ia chamar também o companheiro Anísio.

Eu só queria complementar. Ô Neto, Sebastião Neto, complementa o informe do Waldemar.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Primeiro um esclarecimento da questão anterior, uma luta histórica do Movimento Operário em relação ao Sistema S, a estrutura sindical que mantém a FIESP. A FIESP fica, as Federações das Indústrias ficam com 7% dos atuais 13 bilhões por ano como taxa de administração do dinheiro do Sistema S. É 7% de 13 bilhões.

Só quem melhor trabalha essa questão é a Suely Caldas, que é uma economista que não é bem Progressista e o Celso Ming. A esquerda não fala nada sobre isso. É uma questão muito séria, a CUT tem uma condição histórica de criticar que isso não tem transparência. Nós estamos falando então que eles têm para administrar livremente alguma coisa que é hoje um bilhão e meio de dinheiro, um bilhão e pouco, livremente, sem controle.

E tem um sistema cruzado que a Dra. Julia Graciano fez um baita dossiê, que ela foi funcionária do SESI, do SESC, entregou para a CUT há uns 20 anos atrás, sistema cruzado de contratação de consultorias. Então pode ser que esse funcionário do SESI era um funcionário prestando serviço para a FIESP e vice-versa. Então assim, eu tenho um funcionário aqui que me custa R$ 10 mil, pago pela folha do SESI ou do SENAC ou de qualquer uma, e empresto ele para uma instituição irmã com um contrato de R$ 1000, 00 ou qualquer coisa desse tipo, ou o contrário.

Isso é um, tem que lembrar aqui, quando o Skaf foi candidato a governador já tinham 37 ações por uso indevido de dinheiro do Sistema SENAI em propaganda política dele. Estou falando da coisa mais podre que tem no Brasil. Os caras falam do dinheiro das centrais sindicais, mas esse é o dinheiro que interessa. E quem nos disse isso foi o Sérgio Rubenstein, que é um baita consultor empresarial. Debate lá com o Pochmann, ele falou, olha, vocês ficam discutindo isso aí, o dinheiro que interessa é o do Sistema S. Esse é o dinheiro que nos interessa.

E quando, esse jovem que foi presidente, o Lafer, como chama? O Piva, nós chegamos a um pré-acordo com ele na época, porque nós estávamos com força na CUT, ele dizia, legal, a gente publiciza o Sistema S, mas o acordo é o seguinte, o passado é o passado, morreu. Falou isso para a gente, reunião, reunião fechada. A gente publiciza, legal, porque a CUT tinha um movimento muito forte no sentido de tornar pública a gestão do Sistema S.

Então nós estamos falando, quem anda reclamando de educação no Brasil, de R$ 13 bilhões. Dinheiro público, Sistema S. Então a pista é, segue o dinheiro, sempre. Seguir o dinheiro significa saber quem contratava, quem pagava, que contrato esse cidadão visitava o DOPS tinha com a FIESP. A FIESP não pode simplesmente dizer, não, não era funcionário nosso, não era diretor nosso. Está mal explicada a questão.

A segunda coisa muito, para complementar aqui, todos os documentos que estão aqui são do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Não sei se o Lauro saiu, mais uma vez eu queria agradecer a baita cooperação técnica. Nós podemos reclamar de tudo, mas não dá para reclamar do apoio que o Arquivo do Estado tem dado aos pesquisadores lá.

É uma coisa muito, para usar uma palavra hiper gasta, republicana mesmo. Só tem a foto aqui dos mortos da Lippert. Nós levantamos alguma coisa por volta de 30 mortes na Lippert, mas nós não temos, aí se deveria buscar o registro no 35º Distrito, é uma coisa complicada, nós não temos estrutura para isso. Mas o que interessa aqui não é que são os mortos. Os mortos são problema de acidente de trabalho, ou trabalhista. O problema é que esse delegado que tem o nome aqui, o delegado

Bandeira, ele circulava dentro da Lippert com o carro da polícia. Então, se um trabalhador chegava bêbado, por exemplo, tinha um chiqueirinho dentro da Lippert, e o pessoal usava fuzil, fuzil com o cano cortado, é um negócio impressionante a Lippert. Mas tinha outras também que tinha coisa.

Então, qual a ideia nossa aqui? O Waldemar vai protocolar formalmente, que nós temos as formalidades formais. O pedido que nós estamos fazendo são duas questões básicas. Que aquilo que nós já temos documentos, que sejam chamadas as empresas e as pessoas responsáveis aqui na Comissão da Verdade. Que já temos documento aqui, ou seja, uma ligação provada com o arquivo do DOPS, que essas fichas de empregados que estão aqui estão com carimbo do DOPS.

A lista do ABC, o Elias está ali, é um que está nessa listinha, é do processo dele que ele foi buscar no Arquivo do Estado, é uma lista gorda. E o pessoal do ABC que fez a greve de 1980, Elias? Em várias anotações de companheiros, quem foi demitido naquela data não arrumou emprego mais no ABC. Por isso que todo mundo falsificava as carteiras. O próprio dia da anistia do Elias ele põe, essa carteira está modificada porque fui obrigado a fazê-la, etc. e tal. Então, aqui tem muita, o Albino, que é o cunhado do Zico, que está aqui nessa ficha da Tecnoforjas, ele denunciou para a gente, no vídeo lá no Projeto Memória que nós estamos fazendo para a Comissão de Anistia, vamos entregar até setembro o levantamento.

Aí nós fomos no DOPS buscar pelos nomes nós tivemos os nomes de 40 presos nossos, está certo. E tinha, porque sempre o trabalhador fala, ah, eu não consegui emprego porque eu fui entregue. E tinha a do Albino, realmente. E tinha pior, tinha a ficha de registro de empregado. O Américo aqui, ele fez a pesquisa paralelo a gente, o pessoal da ex-convergência, não é? Vai falar depois. A ficha dele, do Mancha, estão nessas fichas da Monark. Então nós estamos falando desses fatos, então eu acho que a gente tem que chamar essas pessoas.

A Teresinha, eu vou falar um nome aqui, mas, a gente tirou o nome dela aqui da, a gente fez um protótipo, depois decidimos tirar a foto e o nome dela aqui. Mas é da empresa Sulzer, de Santo Amaro, a gente está se prevenindo, não está botando ela agora, quando chamar a gente põe, dá vídeo, dá tudo para Comissão aqui, mas ela era uma funcionária média, quando o cara não podia ir nas reuniões do RH, a gente chamava, que não era RH, era do Setor de Pessoal de Santo Amaro, então tinha a lista de quem não podia arrumar emprego na região. Nós estamos falando disso.

Então, esses documentos, Adriano, a gente espera que possa contribuir. No caso do ABC, gente, tem um negócio grave, que é aqui essa pagininha junto da Monark, é que as empresas entregaram ao DOPS...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Põe na tela, tela por favor.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Cadê a Vanessa? Saiu para fumar? Cadê a Vanessa? Não é esse não, é outra página.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Pega o microfone. Pega o microfone, Neto. Espera aí. Olha o microfone.

**O SR. SEBASTIÃO NETO –** Não, não, é uma coisa simples. Aqui é o endereço residencial do cidadão operário e aqui está ou a função ou a seção ou às vezes a empresa põe o nome dele na chapeira. Quer dizer, é uma informação que só uma empresa pode dar, só a empresa pode dar, o DOPS não tem essa informação.

Só que a ficha está no DOPS. Nós estamos falando de centenas de trabalhadores do ABC. Centenas, não de dezenas e nem de uma fábrica, o sistema de cooperação mesmo. Então isso, isso que a gente pede que vocês, na medida do possível, que eu sei que o volume é muito grande, mas alguns casos mais escabrosos, chamem essas pessoas para esclarecer.

Nós pegamos no livro do Hélio Gaspari, “A Ditadura Encurralada”, a parte que ele conta a primeira reunião da caixinha que o Delfim organizou com o Gastão Vidigal, lá na antiga casa da Dona Veridiana Prado, que é aquele clube que está na esquina da Higienópolis com a Maria Antônia e Dona Veridiana e Marquês de Itu, acho, ou Major Sertório. Naquela pracinha tem um clube, ali foi feita uma reunião, o Gaspari conta a reunião, com várias confirmações, do Paulo Sawaya, de vários deles que participaram da coisa.

Então achamos que o Delfim Netto seria uma boa pessoa para a gente perguntar, porque como ele é o cara, em Paris dos 10%, dos 15%, não sei de quanto era, de repente ele tinha até os 10% sobre a caixinha, não sei. Aí é sacanagem da minha parte. Sacanagem da minha parte. Mas, para quem nasceu pobre no Cambuci e ficou tão rico, não deve ser por acaso. Aquele é o menino pobre do Cambuci, os pais devem ter até o maior orgulho de ter criado ele e tal. A gente já foi saber a história dele lá. Então é isso.

A propósito do que o Zico falou. Memorial. Eu queria lembrar com muito carinho aquela placa que tem lá no Memorial da Resistência, dos estudantes presos em Ibiúna. Nós queremos no mínimo, no mínimo fazer uma recuperação, uma placa, uma recuperação de todos os presos da greve de Osasco, todos. Estamos tentando levantar essa lista lá no Arquivo do Estado. Porque a gente busca a lista como? A partir dos nomes dos presos você puxa mais nomes de preso que está na mesma lista, que foram vários órgãos que prenderam. E no nosso caso, a gente quer ver se nesse livro publica pelo menos o nome dos presos desse arrastão de1974, Zico, todos presos, você, o Vital, Toninho, um monte de gente que foi preso pelas mais diversas razões.

Então acho que é mais ou menos isso. Queria complementar o que nosso maior guru falou. O Anísio tinha um problema de rodízio, de uma reunião de trabalho, que o Adriano estava reclamando que ele não estava na Mesa. O Elias está ali, eu não sei se eu estou esquecendo, se está alguém lá que trabalha, o Joãozinho está ali e aqui todo mundo, o Delmar era o Alemão, que trabalhou no grupo mais consistente da Arno, que durou de 1966, 1967.

Nós fomos um pouquinho mais, até 1980 tivemos um grupo organizado na Arno, foi dizimado, todo mundo foi demitido no final. Todo mundo tem história com a gente aqui, o Zico, esse aqui foi metalúrgico também. Só você não foi metalúrgico, Martinelli. Além do mais ainda é palmeirense.

Obrigado, gente.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Delmar, dá uma palavrinha. Fala um pouquinho, Delmar.

**O SR. DELMAR MATTES –** Eu queria cumprimentar o companheiro Adriano e os demais por essa iniciativa. Eu acho muito...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Delmar Mattes, desculpa.

**O SR. DELMAR MATTES –** Meu nome é Delmar Mattes.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Como você é meu irmão eu posso interromper. Ó, pessoal, antes que esvazie. Quarta-feira vai ter o lançamento do livro do Fernando Santa Cruz, sobre a vida do Fernando.

O Zico estava falando da AP, da AP, da AP, da Ação Popular, então vai vir todo o pessoal da família Santa Cruz no lançamento da quarta-feira. Então é importante, vamos trazer a professora aqui da revista, ela foi embora, que também ela era da AP da Bahia, mas vai ser um dia muito forte, muito forte, muito importante da recuperação da memória do companheiro, desaparecido político, agora com a notícia que ele desapareceu lá no forno da Usina Cangaíba em Campo dos Goytacazes, então, quarta-feira lançamento. Amanhã também tem uma audiência forte, que é do Aylton Mortati, do companheiro Aylton Mortati, Mas quarta-feira, lançamento da família Santa Cruz, do livro.

Delmar, meu irmão, com a palavra.

**O SR. DELMAR MATTES –** Eu sou geólogo, e eu tenho uma situação um pouco peculiar em relação aos companheiros que me antecederam e outros, possivelmente, que vão depor, porque eu militava no movimento estudantil, era na época do PCdoB, depois entrei na ala vermelha, e quando ocorreram em São Paulo, na verdade eu já vim, estava no Mato Grosso trabalhando, por perseguição, por violência da repressão e eu tive que me deslocar para São Paulo. Chegando em São Paulo eu entrei na clandestinidade, e aí fiz uma opção, porque eu tinha duas alternativas, ou eu iria para o exterior, como exilado, ou ficaria no Brasil.

E para ficar no Brasil, evidentemente, eu queria contribuir para derrubar a ditadura e achava que o melhor caminho era entrar na fábrica, porque eu tinha a esperança que, efetivamente, seria do Movimento Operário, que nós tínhamos uma transformação do Brasil, ele seria capaz de dar uns passos importantes para derrubada da ditadura, como foi demonstrado posteriormente, historicamente.

De modo que eu vivi, na fábrica, uma situação muito peculiar. Eu estava na clandestinidade, tinha outro nome e a polícia, os órgãos de repressão, em todas as delegacias eu tinha o meu nome, eu era procurado, e assim mesmo eu fui trabalhar na fábrica, eu era operário. Imagina uma dificuldade para você fazer um movimento sindical, porque eu queria uma coisa muito mais do que o movimento sindical porque eu era comunista, eu era socialista, eu queria uma transformação profunda do Brasil.

Muito bem. Então era uma dificuldade muito grande, inclusive eu não frequentava as reuniões da oposição, só meio acompanhava de fora, o Waldemar sabe muito bem, porque eu não podia me expor, era perseguido em toda, pelos órgãos de repressão e meu nome estava lá, enfim, inclusive recebia recado que se eles pegassem acabavam comigo e nessa situação mesmo eu topei. E eu fiquei, acompanhei as greves com essa dificuldade, trabalhei, a última fábrica foi na Arno, fizemos aquelas greves lá na Arno. Eu fazia aquilo com muito cuidado, com muita, muitos meandros para tentar não me expor muito, mas ao mesmo tempo dando força ao movimento.

Eu não tenho, por isso, por incrível que pareça, minha casa foi invadida várias vezes, com tudo isso eu criei minha família, meus filhos, minha companheira me acompanhou todo esse período, e hoje eu sou muito grato, eu reconheço a todos, inclusive os companheiros da oposição que reconheciam essa situação, quem era, estava mais próximo de mim, sabia que eu não podia me expor muito.

Mas, o que eu queria, como não fui preso, e sabia que existia as repressões nas fábricas, nós sabíamos. Sabia que existia o DOPS, que o papel dele, o que eles faziam, isso a gente tinha pleno conhecimento. Mas eu não tive um caso próprio de demissão, porque eu passei nessas fábricas todas com esse cuidado e nunca fui preso. Nunca fui preso e também não fui demitido nas fábricas. Talvez isso seja um motivo de elogio ou vitória, de modo que eu não tenho um dado concreto aqui para contribuir com os companheiros da Comissão, mas eu queria fazer apenas duas observações.

A primeira, eu acho que essa repressão toda ela começou com o Golpe de 1964, é bom lembrar. Nós todos sabemos. Porque quem montou o Golpe, o Golpe teve o apoio dos empresários, também apoio financeiro, e acima de tudo contou com o apoio do Governo Americano, na figura do embaixador Lincoln Gordon.

Lincoln Gordon saia por esse Brasil afora articulando o Golpe, interferindo diretamente no destino do País. Era uma invasão direta na nossa autonomia, na nossa soberania, eles ajudaram organizar, inclusive no dia do Golpe, antes do Golpe já a frota americana já estava preparada, totalmente preparada se o Golpe não fosse vitorioso, para intervir.

Eles criaram entidades como o IPES, o IBAD que arrecadava recurso e fazia propaganda, além de arregimentar o exército, já tinham feito, em parte, esse trabalho ideológico desde a Segunda Guerra Mundial, eles fizeram todo uma articulação com os empresários, mandaram pessoas do Peace Corps, aliás, na figura, na palavra do próprio embaixador dos Estados Unidos, diz o seguinte, contamos com dezenas ou centenas ou milhares de pessoas próprias para apoiar o Golpe. Isso na declaração dele. Eu aqui estou meio despreparado, podíamos até consultar a fonte.

Ou seja, eles preparam a famosa Marcha com Deus pela Liberdade, mobilizaram o setor conservador da igreja para apoiar o Golpe. Quer dizer, criaram uma opinião pública para derrubar o Governo João Goulart. Qual era o interesse? O Waldemar acho que abordou muito bem, havia um interesse estratégico dos Estados Unidos, e um lado, evidentemente, colocar o Brasil do lado dos Estados Unidos.

Sabiam da importância estratégica que tinha o Brasil, nessa famosa frase, para onde vai o Brasil vai a América do Sul, vai a América Latina, pela sua importância política, em relação à África também, em relação à América como um todo, e tinha também os recursos minerais que o país tinha, e era importante, estrategicamente, que o Brasil tivesse uma política alinhada com os Estados Unidos.

E eles fizeram tudo isso, esse apoio dos empresários, a articulação com os órgãos repressivos, apoio do Exército, de modo que o que foi acontecer, em 1968, como nós sabemos, nós tivemos o Ato Institucional Número Cinco, onde a ditadura passou a ser mais, vamos chamar assim, mais agressiva e mais violenta.

Mas foi um processo. Esse processo, na verdade, ele teve início com o movimento da legalidade, em 1961, quando o Brizola peitou para não ter o Golpe, resistiu, a partir daquele momento a direita do Exército, o Governo Americano, a CIA, começou a preparar o Golpe, e conseguiu em 1964.

É bom lembrar, se não tivesse ocorrido o Golpe, o Brasil hoje seria muito diferente, porque o plano de reformas do João Goulart, está aqui o companheiro da CGT, era reforma agrária, entre outras, o programa de reformas, entre esses programas de reforma estava reforma agrária, reforma universitária, reforma urbana e muitas outras reformas, que essas reformas iam dar uma nova qualidade para o Brasil. Atrás desse plano do Jango, estava uma política de desenvolvimento nacional autônomo, esse que ia, efetivamente, dar um grande progresso para o país.

Eu quero dizer que o processo, não podemos entender essa repressão unicamente a partir da década de 1970. Ela é um processo. Houve um endurecimento e esse processo todo foi acabar, evidentemente, só depois com a anistia. É isso só.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Grande Delmar.

Pessoal, a gente organizou a Mesa do Movimento Operário, e são 16h, e eu queria, ainda mais que está ameaçando essa chuva, não queria me estender muito. Vamos tentar combinar o seguinte, vamos tentar terminar por volta de 17h, está bom? Pelo menos, porque veio gente de longe, gente para depor, e o Delmar já deu a deixa, eu acho que a gente, primeiro saudar essas duas figuras, essas figuras como Rafael Martinelli, Clara Charf, Elza Lobo, companheiros de tantos anos, Padilha, companheiros de tantos anos de luta.

Então, Rafael Martinelli, vamos lá pegar o começo aí da, toda vez que eu vou lá na Comissão da Secretaria de Justiça dos Presos da Anistia Estadual, tem lá o processo dos ferroviários.

Martinelli, dá uma palavrinha, porque aí os outros também têm oportunidade cada um de falar um pouquinho. O companheiro Rafael Martinelli.

**O SR. RAFAEL MARTINELLI –** Eu vou ser rápido porque, é como eles dizem, eu estou com 88, mais velho, tem história, tem não sei o que. Então, é a vida nossa sindical que começou desde 1941, veja você, então são quase 70 anos só de briga. É um problema sério.

O companheiro, o último que falou agora, o último, ele deu mais ou menos os detalhes, que o problema da ditadura ela veio desde 1946, 1947, cassação do partido, quer dizer, é uma posição da influência do imperialismo americano já desde aquele começo. É uma preparação. Então, essas coisas a gente atravessou todo esse período. Eu sou da greve de 1949, então, veja você, vem vindo. Vem vindo, sindicato, cooperativa, a Federação Nacional dos Ferroviários, estou brigando até hoje.

Eu costumo dizer com os companheiros, que eu ainda, eu sou ferroviário 70 e poucos anos lutando com o governo, com todos. Todos. Com o Lula, com o diabo, tudo mais. Acabaram com a minha área, então eu brigo mesmo. De 250 mil, hoje não tem 50 mil, essa é a verdade.

Então essas coisas faz com que a gente, historicamente, a gente sempre fomos políticos, essa é a verdade, então eu tenho processo de espionagem na ferrovia de 1950, aquela famosa greve de Minas Gerais, que as mulheres comandaram, então, essas coisas, então a gente vê os relatórios feitos pelos engenheiros, pelo Exército, já em 1950, a espionagem na área militar, na área ferroviária, que é uma área estratégica do Governo.

O Governo tem ódios, depois da ditadura foi um ódio em cima daquela categoria que era responsável por parar, fazer o diabo, estiva, portuário, essa é área que agitava mesmo, estivador. Então são coisas que, historicamente eu estou vendo ainda coisas que vão poder ajudar a Comissão nossa que, estou, eu estou acumulando.

Agora chegou para mim quase, há dois meses, quase uns quatro quilos de documentos lá de Brasília, da minha vida. Então são coisas que, possivelmente, mais tarde eu vou começar passar também para a Comissão da Verdade, entende. Essa é nossa preocupação.

Devia sair até hoje, eu acho, algum aplauso, para um companheiro que está na Comissão Nacional, vamos dizer, na Comissão da Verdade ou Nacional, que está tendo uma posição que não é do Martinelli, que seria do Martinelli, aquela em que os militares vão ter que sentar na mesa, não é isso? E que vai ter que dizer quem é que mandava torturar, matar, estuprar as companheiras.

Isso daí nós estamos querendo, e esse companheiro hoje no “Estadão” ficou claro. Você vê, ele joga a coisa mesmo pra valer. Quer dizer, é começando, é essa daí, nós estamos começando pegar toda a história nossa nacional. E ele é contra, inclusive, a história brasileira feita pelos militares para as escolas militares. Que educação é aquela que não houve ditadura, não houve nada, houve um governo...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Quem foi que falou isso, Martinelli? Você tem que dizer...

**O SR. RAFAEL MARTINELLI –** Dá uma raiva de ver certas coisas que eles falam. Tem que haver um história assim.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Martinelli, quem falou isso?

**O SR. RAFAEL MARTINELLI –** O seu membro da Comissão Nacional. Eu fui educado não guardar nome. Pode perguntar o nome, desculpa, eu não sei direito, então, mas é uma posição séria.

Quer dizer, é uma posição séria. Tem que fazer um livro histórico também para as escolas militares. Por que as nossas escolas tem uma história, o que foi a ditadura, o que foi que ela fez, e os alunos dessa escola militar eles têm a outra? Não, não houve ditadura, não houve nada, houve uma posição democrática contra...

Essas coisas que a gente não gosta. Então eu digo, tem coisas que ainda nós vamos estudar e ver e colaborar para nossa Comissão. Espero um dia a gente ter mais tempo, porque hoje a gente está correndo aqui, não é isso? Cada um dos companheiros está se apresentando, quem é.

Eu sou ferroviário, vamos dizer, meu pai ferroviário. Meu pai é de 1914 na ferrovia, quer dizer, era um Martinelli, não é aquele que já vendeu o prédio Martinelli, eu costumo até brincar, eu já vendi aquilo, aquilo estava me aborrecendo. Não.

É Martinelli ferroviário mesmo, tudo, os sete irmãos ferroviários, eu gosto de todos eles, então, vem embora. Vêm greves, etc., etc., com posição, todos nós temos uma posição inicial de anarquista. Essa é a verdade, Dizem que eu sou meio radical porque sou meio anarquista. Não é. O problema é esse, é sério.

Eu sou comunista desde 1941, porque a minha família já era também. Então, quer dizer, essa é uma posição que nós queremos acabar com a miséria, ter educação para todo o povo, ter esse direito de ter, comer pelo menos, não ver milhões não comer. A liquidação de milhares e milhares de índios no Brasil, quer dizer, é o tipo de coisa que nós sempre fomos educados para isso. Quer dizer, então esse princípio a gente vai, vai, vai. O meu pai já morreu, o Martinelli está com 88 anos, vai morrer, os meus filhos, o mais velho está já com 65 anos, eu não sei se vai ver esse socialismo ou essa coisa que nós estamos lutando, mas, esperamos um dia que a gente tenha essa coisa.

Eu só queria agradecer os companheiros, elogiar o companheiro Adriano. Historicamente, eu vou dizer, os companheiros, que nem Adriano e outros meus aqui velhos, falou até um palavrão, Martinelli, você tem que deixar por escrito a sua vida. Então, parece que agora está já com 450 páginas lá. Não sei como quem vai assumir aquilo para sair, para ficar aí, calculando que um dia ou outro eu ir embora, mas tenho que deixar as coisas escritas.

Então vai deixar coisas escritas, coisas que ainda não falei. Eu sou fundador da ALN, então não preciso dizer mais nada. Então, para chegar no ponto da fundação da ALN, que briga nós tivemos dentro do partido, isso é uma coisa histórica, mas, o Movimento Operário é que sempre me, está na minha luta. Eu sou meio radical na área ferroviária. O pessoal diz, o Martinelli só fica na ferrovia. Mas é na ferrovia, a gente parava 250 mil homens e parava mesmo, o Brasil todo.

Quer dizer, o meu processo que veio lá de Brasília agora, está no Pará, está no Ceará, está no Piauí, está o Martinelli tudo lá, está lá. Está lá. Todos esses arquivos, dizendo quem era o responsável. Quer dizer, o que é que eu vou fazer? É uma categoria minha, que eu até elogio, porque é uma categoria avançada, não digo meio revolucionária, chegou um tempo que era meio revolucionária. Então é isso daí.

Eu queria elogiar o companheiro, com todo respeito, da oposição sindical, os metalúrgicos, vocês sabem disso porque, o ABC, que foi a flor das lutas operárias. É um histórico que o ABC merece, Santo André, essas coisas, porque, fora a ferrovia, uma é uma área que merece todo o respeito nas lutas operárias brasileiras.

Eu não vou falar mais por que, aí eu tenho que arrebentar...

**O SR. –** Tem que falar do ABC desde a década de 1950.

**O SR. RAFAEL MARTINELLI –** Eu sei. Da década de 1950, eu sou do ABC desde 1941, 1945, quer dizer. Então o problema é isso, quer dizer, a luta nós temos que estar sempre continuando, continuando, ver até o caminho de como pegar os torturadores, estupradores, os canalhas, onde estão os corpos dos nossos companheiros, onde está, é isso que nós precisamos. É um caminho nosso. (Palmas.)

Eu costumo dizer o seguinte, porque tem cara que diz assim, não, Martinelli, a área deles é daqui, temos que sentar também do lado de lá. Nós sentamos a hora que eles quiserem. Estamos sentados aqui. Já fomos presos, torturados, arrebentados, os que estão vivos estamos aqui. Nós queremos que fique do lado de lá os torturadores também.

Aí eles vão dizer, eu obedecia ordem, quem mandava. Então diga quem era. Era o Médici, era o Geisel, os canalhas. Diga quem eram os chefes, com o próprio Governo da Argentina, que teve aquela coragem, que até me arrepia falar, quando o presidente da Argentina chegou e disse, tira aquele quadro do general lá, que foi presidente, canalha, da ditadura. Mandou, na frente dos militares, tira aquele quadro de lá, daquele cara que foi um torturador.

Quando vai chegar esse ponto dos nacionalistas brasileiros, do militar, que eu conheço, eu tinha muitos amigos militares bons, que tentamos, junto com o Jango, que eu era amigo do Jango mesmo, para derrubar, para bater. Eu sou daquele tipo, nós tínhamos dois *destroyers* na época lá dos marinheiros. Se fosse o meu comando, eu disse assim, pega o canhão e mete uma bomba em cima do Lacerda, porque era o Lacerda na época. Eu era assim. Não fizeram isso eles tomaram o poder. Essa é a verdade. (Palmas.)

Bom, não vai faltar oportunidade de a gente conversar. Obrigado pela presença.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Legal.Tomara que saia logo o seu livro.

Vamos pela cronologia da idade e da militância. Salvador, dá uma palavrinha e depois o Domingos, pela memória dos químicos e o Américo fecha com a memória do operariado mais jovem, da memória da convergência.

Salvador, senta aqui, dá uma palavrinha aqui.

Salvador Pires. Esse aí também não está escrevendo um livro, mas tem história para caramba.

**O SR. SALVADOR PIRES –** Boa tarde para todos aqui presentes. É uma satisfação muito grande, eu recebi esse convite do Adriano para vir até aqui. Estou aqui presente fazendo parte do coletivo do Projeto Memória e me sinto representando pelo que falou Waldemar e complementado um pouco pelo Neto.

Quero cumprimentar, Adriano Diogo, esse trabalho seu, e esta garra sua e essa visão que você tem de conduzir os trabalhos quando se discute a história da luta. Não é aqui que eu observo isso, hoje complementa. E senti um tanto revigorado quando eu vi você chamar a memória do Queixada, e com um dado ali sucinto, mas não perdeu a pista.

Quando você, já na nossa sessão de audiência da Anistia lembra de Nelson Pereira de Jesus, e o Nelson Pereira de Jesus tem uma característica, que era um operário recentemente vindo do norte de Minas Gerais, um metalúrgico anônimo, e foi assassinado com três tiros a queima roupa pelas costas porque reclamava a diferença no pagamento de horas extras, no desdobramento da impunidade que significava aqueles tempos da ditadura. Acho que é isso que está aí colocado.

Acho que a minha experiência está muito ligada, um pouco falou o Waldemar, falou o Zico Prado. Eu sou um operário metalúrgico aposentado. A minha militância se deu dentro da oposição metalúrgica de São Paulo, basicamente a minha vida sindical passou por aqui, e passou pela histórica Frente Nacional do Trabalho, depois Frente Nacional dos Trabalhadores e quando fala de Queixada, vem aqui à minha memória João Breno, vem à memória Sebastião Fernandes, vem à memória de Edgar Galo, vem à memória de Gino Rezzaghi, só para dar um exemplo desses caras, e eu tive a felicidade de conviver com eles.

E quando fala dos Queixadas se fala da Frente Nacional do Trabalho, que eu diria que foi talvez o movimento pioneiro em uma atitude para-sindical que teve uma ação voltada para qualquer categoria de trabalhadores sem ficar preso às amarras da estrutura sindical.

Para vocês terem uma ideia, o movimento que foi capaz de fazer a denúncia contra o Governo Brasileiro no começo da década de 1970 pela invasão das direções sindicais. E naquela época você não encontrava sindicato, dirigentes sindicais que assinavam petição desta, e a OIT, ela precisava que alguém assinasse, que tivesse fé pública registrada enquanto associação, coisas desse nível, e a Frente Nacional era isto.

E quando se colocava um convite desses, o Mário era muito caprichoso desse ponto de vista. Ele apontava o objetivo, mas apontava as possíveis consequências. Ele topava fazer esse tipo de coisa. Mário Carvalho de Jesus.

Da minha pessoa eu não quero estender nada, porque tive agora a pouco tempo anistia política e lá eu tive a oportunidade de apresentar um dossiê que veio da ABI, com 700 páginas e nesse material fiz um apanhado, levantei 113 momentos distintos, onde eu estava tratando de questões da luta das mais variadas e tinha um agente do Estado me perseguindo ali (ininteligível 3:12:46).

Agora, Adriano e os companheiros aqui da Comissão da Verdade, e eu quero trazer aqui uma questão nessa linha, Adriano Diogo, que você vem trabalhando, que é uma coisa que eu não consigo engolir porque o sabor ainda continua muito amargo, que é o seguinte, vem no rastro da dominação das multinacionais, e vem no rastro, logo em seguida, do governo da ditadura, foi no Governo Sarney, mais precisamente no dia 27 de dezembro de 1987, o massacre de Serra Pelada.

Creio que tem aqui os mais idosos, o famoso garimpo de Serra Pelada, aquela trapaça, o Sebastião Curió, fiel servidor da ditadura, montou aquele esquema com o mais deslavado processo de contrabando de ouro. Num certo momento, aqueles garimpeiros são levados a fazer uma paralisação, ocupa a Ponte do Rio Tocantins em Marabás, essa ponte é por onde circula a ferrovia daquela mineradora japonesa que eu esqueço o nome daquele daquela mineradora, a mineradora mandou um recado para o Governo Sarney, desocupa aquela porcaria porque o minério precisa passar.

O ministro da Justiça da época, não guardo o nome, faz um despacho pelo governador Hélio Gueiros, faleceu há pouco tempo essa desgraça, e o Hélio Gueiros manda sua Polícia Militar desocupar. E os caras foram para matar. Caia cadáver de garimpeiro no Rio Tocantins como se fosse jaca podre. Deve ter sido assassinado aí talvez duas dezenas de garimpeiros. Quem eram esses garimpeiros, se não a maior parte dos nossos irmãos nordestinos, dos nossos mesmos irmãos que foram fazer o ciclo da borracha naquele norte do País.

No entanto, não se tem uma apuração disto. Não se tem uma apuração de quem foi o responsável de forma direta, e aqui tem um troço que para mim é muito triste constatar, que é o seguinte, foi a direita que matou, mas nós da esquerda não dissemos nada, gente. Nós não dissemos nada. Aquilo que eu digo, o sabor daqueles cadáveres não consegue descer.

Para não ser injusto, tem aqui três destaques, três deputados federais da época que foram lá tentar tomar conhecimento da questão, deputado federal Eduardo Suplicy, deputado federal Gumercindo Milhomem e o grande destaque, Waldemar, para o nosso velho e querido Olívio Dutra. Dutra foi à Marabá tentar fazer um levantamento. Depois, ao invés de voltar para o Rio Grande do Sul, veio a São Paulo dar uma satisfação a um conjunto de entidades de pouca expressão de massa, que tentou fazer o levantamento e denunciar aquilo a partir de São Paulo.

E aqui tem ainda mais uma tristeza. A Frente Nacional dos Trabalhadores encabeçou aquele processo, nós quisemos trazer a CUT junto porque entendíamos sim que a CUT que tinha o nome, que tinha a força política, a CUT aceitou colocar o nome junto com a gente no dia do Ato Público da Praça da Sé, a CUT miou.

Para não ser injusto mais ainda, teve um deputado dos Ganzer, Neto e o Manuel, nossos amigos, Avelino Ganzer, o irmão dele, deputado estadual, eu fiquei sabendo que ele abriu um processo, não se sabe para onde foi isto.

A minha reivindicação porque o tempo é muito forte, que a Comissão da Verdade “Rubens Paiva” em parceria com a Comissão da Verdade Nacional encare essa questão. Encare. Não dá para engolir. E aqui eu quero fundamentar o seguinte, porque nós estamos discutindo crime de Estado, de um Estado repressor. Tudo aquilo que nós combatemos contra a ditadura ainda está muito pouco. Nós estamos adiando, levantando, mas o Estado vem seguida. É a multinacional que dá ordem ao presidente ou o presidente dá ordem ao seu ministro de Estado. É o ministro de Estado que dá ordem ao governador, governador que dá a sua PM a PM que vai e destrói. Então, não pode ficar impune.

Obrigado, e uma vez mais, parabéns, meu camarada.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Fernando Lira.

**O SR. –** Não é o Lira não.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Domingos Galante, em memória dos químicos.

**SR. DOMINGOS GALANTE –** Domingos Galante, do Sindicato dos Químicos. Eu pertenci à diretoria de 1982 a 1989 e foi, o Sindicato ganhou, nós ganhamos a diretoria lá em 1982 a partir de uma oposição que durou aproximadamente de 1978 até 1982.

É interessante as fala aqui porque, na indústria química eu acho que é mais fácil, são menos indústrias, indústrias grandes, é mais fácil de ver a repressão por listas, por exclusão de trabalhadores, aqueles trabalhadores que se manifestam com mais veemência, tudo, são taxados, são listados e, dificilmente voltam para a indústria.

Então, naquele período da oposição, na década de... final dos anos 1970, começo dos anos 1980, os companheiros que forma sendo perseguidos nunca mais voltavam para indústria química. Isso daí, essa organização também era uma organização de RHs lá na zona sul que elaborava as listas e as mantinha. É a mesma, não é? É a mesma.

O companheiro aqui levantou uma questão importante da preparação da ditadura militar, mas, na indústria química, você nota que não foi só a indústria metalúrgica que, no final dos anos 1950 com Juscelino, recebe investimentos grandes que vão montar essas indústrias automobilísticas já com outras tecnologias mais modernas. A indústria química também recebe uma imensa reformulação no seu capital e 1964 não deixa de ser simplesmente mais um passo do controle da indústria brasileira. Mais um passo. Porque não era possível, não era concebível para o capital americano, depois de fazer tanto investimento no Brasil, deixar o Movimento Operário, que tinha ligações com partidos fortes, que estava se aproximando do governo, via Jango e tudo mais, que o controle político pudesse mudar.

Então a indústria química colaborou demais com a ditadura, colaborou demais com o Golpe militar, porque lhe interessava manter o controle estratégico dessa indústria nascente que hoje a gente conhece, a indústria química ela é a base de uma série, informática é praticamente só indústria química, uma série de processos químicos é que controlam todo esse universo industrial que nós temos.

E esse cuidado dos empresários em garantir de que suas fábricas não fossem atrapalhadas com manifestações ou com lideranças, isso fazia parte então dessa estratégia em que os metalúrgicos, inclusive as indústrias metalúrgicas também participavam.

Então, a diretoria do Sindicato, na época, havia uma colaboração bastante estreita porque, não era só os metalúrgicos de São Paulo que tinha uma diretoria que colaborava, mas os grandes sindicatos de operários em São Paulo participavam, de forma indireta ou conivente, com os órgãos de repressão. Era muito, a Federação dos Químicos Estadual teve vários diretores presos, torturados, que retornavam ao trabalho depois de torturados. Não eram demitidos, eram diretores, ou diretores de base, retornavam ao trabalho para continuar a vigilância, que era essa vigilância que foi citada aqui, continuadas, precisamos saber onde esse cidadão está. Então a indústria química não foi exceção.

E eu agradeço a deferência de ter sido chamado, estou muito inativo, agradeço a deferência do Adriano, mas também outras categorias... Da Comissão da verdade. Ele está me corrigindo que é a Comissão da Verdade.

Nós temos organizado o arquivo dos químicos lá, fizemos uma longa recuperação, durou quase quatro anos e agora estamos em processo de início de informatização para também coletar dados.

Então eu agradeço aqui a presença, muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Bom, evidente que todos esses setores, os químicos fizeram um trabalho excelente da recuperação da memória, e tem um pesquisador, o Paulo Fontes, que é o que mais descreveu, mas hoje, não é, Domingos, o filme do Boris fez uma ressalva, que o Antônio Ermírio nunca contribuiu, mas não falou se o Zé Hermínio contribuiu ou não.

**O SR. DOMINGOS GALANTE –** Você viu só. É engraçado o Antônio Ermírio foi meu patrão. Eu tive muitos, e depois, como presidente do sindicato eu tive muitos encontros com ele, e pessoais, assim, durar horas e horas, aquelas greves enormes da Nitroquímica, e ele falava muito mal do irmão. Ele dizia, muito cuidado com o meu irmão. Comigo você pode conversar, mas não fala com ele. Você não sabe o que essa peça é, o que ele faz.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Bom, para concluir, companheiro Américo Gomes.

O Domingos vai ter outras oportunidades para vir depor, que o pessoal dos químicos organizou um ótimo trabalho da memória política e tal. Companheiro Américo Gomes, o mais jovem na sequência, mas quero falar de público, o e-mail dele vem como Américo Astuto, mas é o Américo Gomes, um trabalho excelente, excelente de memória política da recuperação do Movimento Operário, inclusive do Movimento do ponto de vista teórico.

Muito obrigado, companheiro Américo. Evidente que hoje é só o início da apresentação, e você tem contribuído muito com a questão da memória.

Com a palavra, Américo Gomes.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Obrigado, Adriano. Sem dúvida alguma, essa possibilidade de a gente apresentar exatamente esse início dessa pesquisa que a gente está realizando, principalmente pegando essa polarização que existe entre o problema da época da ditadura, entre o Movimento Operário e a atuação da Patronal do Imperialismo, é um trabalho que a gente começou a fazer a partir da Comissão de Presos e Perseguidos Políticos da Convergência Socialista e está realizando uma série de atividades, inclusive eu queria fazer o convite público, vamos fazer uma atividade similar na sexta-feira, aqui no Hotel San Rafael, no Largo do Arouche, inclusive o Neto confirmou que vai estar presente lá com esse mesmo tema, que é exatamente, que vai ser uma reunião da Central, da CSP- Conlutas, onde a gente está introduzindo esse debate.

Porque é necessário para a formação, digamos assim, do conjunto dos dirigentes sindicais sobre esse tema sobre o que aconteceu na época da ditadura. E a gente está trabalhando também com a instauração de duas Comissões da Verdade, uma Comissão da Verdade do Sindicato dos Petroleiros de Sergipe, Alagoas, que trabalha junto com o pessoal do Rio de Janeiro.

Nós vamos instaurar essa Comissão agora no dia 7 de março, com a presença da Representante da Comissão da Verdade Nacional, a Dra. Rosa Cardoso. Vai estar também o Dr. Cézar Britto, que foi presidente da OAB e também está feito o convite aqui a vários companheiros. Vai ser às 18h.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Américo, já que interrompeu o Rafael, que é o novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, era da Convergência. Você podia motivá-lo para a gente ter uma Comissão da Memória Política dos Trabalhadores das Indústrias do ABC.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Ah, do alicerce. Mas esse é um objetivo. Estamos tentando também fazer, não só em São Bernardo, mas em Santo André. Mas onde nós vamos instaurar, porque também já existe acordo, é lá em São José dos Campos, que também vamos fazer em maio.

E todo objetivo tem a ver com isso que foi tocado aqui. Logicamente, é isso que a gente insiste, assim, nós temos alguns representantes aqui que são importantes, está a Marisa, que foi da Brasimet, metalúrgica, o Alexandre Leme, que foi da Comissão de Fábrica da Ford e o Danilo, que foi um dos dirigentes da greve da Scania de 1978, que está aqui presente também.

Bom, e o objetivo parte exatamente disso, veja só, a gente insiste nisso, a ditadura era uma ditadura de classe e era bancada fundamentalmente pelo imperialismo norte-americano. Todos os planos que foram feitos aqui, toda trama do Golpe teve a ver com o departamento do Estado, com a Embaixada dos Estados Unidos, como foi citado aqui, e isso, houve uma operação comum, que era a Operação Brother Sam, que inclusive o imperialismo norte-americano já preparou seus navios para sair do Panamá para vir para a costa brasileira no caso de existir resistência do Movimento contra o Golpe militar.

E isso tem a ver porque existia esse envolvimento das grandes multinacionais nisso. Não é à toa que um dos primeiros presentes que o Governo Castelo Branco dá para o imperialismo, para os patrões, é em 1966, com o fim da estabilidade no emprego, a instauração do fundo de garantia, foi o grande presente para Patronal. Porque a partir daí os trabalhadores, ao perderem a estabilidade ficaram reféns na mão da patronal e se criou esse Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que, digamos assim, foi uma grande poupança para aplicação inclusive nessas grandes indústrias que estão aí.

Então isso eu acho que é muito importante, eu acho que é fundamental, como primeiro passo, porque nós defendemos que não só nós temos que apurar a verdade e ter a memória, mas também tem que ter a punição desses, não só os agentes de Estado, mas também dos financiadores da campanha. Isso é fundamental.

E é por isso que a atuação nossa na Comissão é ver quem eram os trabalhadores que foram prejudicados pela ditadura, esse é um levantamento que nós queremos fazer nos setores, agora, também, quem eram os infiltrados que existiam, porque dentro da Petrobrás existiam infiltrados que faziam o serviço de deduragem para a ditadura, como também algumas fábricas metalúrgicas.

Nós, por exemplo, identificamos um na Mannesmann agora em Belo Horizonte, Contagem e, como eu disse, o problema dos financiadores, porque veja só, como você citou aqui, a OBAN na verdade era uma operação paramilitar e foi financiado pelo grande capital aqui da FIESP para fazer essas operações que eram absolutamente ilegais. Mas não é só isso. Por exemplo, quem é que patrocinava, de onde saia o dinheiro da Casa da Morte em Petrópolis? De onde saia o dinheiro para o sítio do Fleury, chamado 31 de março. Quem comprou isso? De onde saiu o dinheiro para se comprar isso?

O próprio Cláudio Guerra, no seu livro, diz que, por exemplo, os agentes do Estado tinham contas clandestinas nos bancos. Ele cita diretamente o Banco Mercantil, onde eles tinham uma conta clandestina para receber o dinheiro dos aportes dos caixinhas que eram recolhidos para abastecer.

**O SR. RAFAEL MARTINELLI –** E os 175 milhões do Tribunal Regional que era tesoureiro da Operação Bandeirante. Está lá o velhinho lá na casa dele...

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Fala no microfone.

**O SR. RAFAEL MARTINELLI –** Está lá na casinha dele.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Não, exatamente. É esse clima que dá porque são muitas denúncias. A ligação do imperialismo norte-americano, por exemplo, o problema do Magalhães Pinto, que era o dono do Banco Nacional, com aquele que era o representante militar aqui no Brasil, o Vernon Walters, que depois ficou comprovado que era agente da CIA e tudo mais e que trouxe o Dan Mitrione, bancado pelo Magalhães Pinto para treinar a Polícia Militar de Minas Gerais nas operações de tortura e tudo mais.

Então, quer dizer, todo esse tipo de operação e essa vinculação, em primeiro lugar, tem que vim a público. É necessário que o conjunto da população e do povo brasileiro saiba quem é que bancou isso e quem ganhou com a ditadura militar, que é isso que você citou, aqui tem gente que está ganhando até hoje.

Por exemplo, o Sebastião Camargo, que é citado na apresentação que foi feita, é da Camargo Correia, e a Camargo Correia está até hoje fazendo grandes contratos. Ou o Norberto Odebrecht, que era amigo de vários ditadores também e que a sua empresa até hoje continua fazendo esses contratos. E digo mais, a Ultragaz, que hoje está em parceria com a Petrobrás, construindo indústria no polo petroquímico lá da COMPERJ, por exemplo, no Rio de Janeiro, quer dizer, mantém ligações inclusive com as estatais brasileiras e levando vantagem nisso.

Então, nós queremos, nós achamos que tem que ser colocado isso a público, mostrar que esses grandes empresários estão ganhando dinheiro até hoje e alguma coisa tem que ser feita, porque não pode ser que os caras agiram assim na ditadura, ganharam muito dinheiro, “Folha de São Paulo”, como se disse aqui também, certo, e até hoje continua ganhando. Então acho que esse é um trabalho fundamental.

Por fim, por causa do tempo, queria apresentar já um início desse trabalho que a gente está fazendo. Alguns documentos que a gente quer apresentar para a Comissão da Verdade aqui no Estado de São Paulo, entende, depois a gente até faz as formalidades, mas apresentar aqui, entregar para o Adriano, nesse sentido, por exemplo, a relação dos bancários inclusive que foram presos na greve de 1979.

Uma listagem que foi feita entre a Polícia Civil do Estado e os banqueiros. Da mesma forma, a listagem da mesma greve que foi feita pelo órgão de inteligência do Exército. Aqui também documentos, onde a Petrobrás informava os aparatos de repressão sobre os seus funcionários. Um outro documento que é da Telebrás, que informava, para vocês terem uma ideia, é Assessoria de Segurança e Informação e responde aos pedidos de buscas que são feitos pelos aparatos de repressão.

A Embratel, mesma coisa nesse sentido. Lembrando que todos esses documentos também foram obtidos no Arquivo do Estado, que também está fazendo, é como o Neto falou. Assessoria de Segurança e Informação da Embratel. Infiltração comunista no setor de administração pública. Esse é o relatório que a Embratel fazia para os aparatos de repressão. Das empresas metalúrgicas de Minas, também um relatório.

O Neto citou as fichas da Monark, que eram entregues para o DOPS, inclusive, como ele disse, a minha está aqui, a do Mancha e do Japonês, tivemos lá o Toni, na greve de 1982 na Monark e ela fornecia diretamente os aparatos de repressão, toda relação, como ele disse, tem 250 fichas, não é isso?

Vocês imaginam, na época a fábrica tinha três mil e 500 trabalhadores, entregaram 250 para o DOPS. Então é isso, esses documentos todos que mostram, aqui tem um também das Tintas Coral, da Cofap, que também entregava as suas fichas com os aparatos de repressão.

Então eu acho que, no sentido também que o Neto falou, que o Waldemar falou, já com isso é possível se iniciar uma investigação da Comissão da Verdade para chamar, para ver o que é que se fazia com relação a isso, e nós vamos fazer essa investigação, ajudando esse trabalho na Comissão da Verdade, trazendo fatos e tal, à medida que a investigação vai evoluindo, as novidades que vão aparecendo, porque nós achamos que é fundamental, eu encerro com isso, o Brasil hoje precisa de memória, precisa da verdade, sem dúvida nenhuma precisa de justiça. Nós precisamos fazer justiça nesse País.

É isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Américo, antes de a gente encerrar, eu queria lhe pedir, embora não está coberta pela Comissão da Verdade, faz o relato de São Carlos.

**O SR. AMÉRICO GOMES –** Então, nós também estamos desenvolvendo esse trabalho, que eu tinha falado com o Adriano, que tem a ver com todo um projeto que foi feito, na verdade, da ditadura, que se chama Operação Lótus. A Operação Lótus foi construída na época que, eu acho que vários aqui acompanharam, quando a partir de 1973, 1974, se tirou de, o processo da abertura política teve ligado também ao extermínio das organizações de esquerda, então, o extermínio de organizações como o PCB, ALN, ALN foi antes, a AP e também entrou esse problema da Convergência.

E, investigando esses arquivos nós estamos vendo que esse problema da Operação Lótus ele não acabou só com a ditadura. Ele continuou, inclusive hoje nós já temos informações até 1991, onde a Operação Lótus se manteve, dados e tal e coisa, porque, esse é um problema, existe a manutenção dos aparatos de repressão que existiram antes.

Nós estamos acompanhando essa evolução roda para chegar exatamente no assassinato dos nossos companheiros, em 1994, que foram José Luís e Rosa Sundermann, que eram dirigentes do Movimento Sindical, tanto o Zé Luís dos Funcionários da Universidade, a Rosa, uma dirigente política da Convergência, e que foram assassinados na sua casa, brutalmente assassinados, e nós estamos fazendo esse link que tem a ver exatamente com essa continuidade do aparato de repressão e as perseguições que inclusive existiram, não só contra a Convergência, mas outros.

Por exemplo, esse problema, tecnicamente, vamos dizer assim, o Salvador falou da greve, da mobilização que houve em 1985, mas digo o seguinte, tecnicamente, a ditadura acabou em 1988. Agora, logo depois, um mês e meio, dois meses depois teve o massacre da CSN. E o que é que significou isso?

Significa isso, que a estrutura, nós, digamos assim, foi uma vitória, logicamente, dos trabalhadores da população brasileira, da queda da estrutura, mas nós precisamos acabar com as instituições que foram criadas pela ditadura, que se mantém até hoje, desde o seu Corpo Legislativo e dos seus aparatos de repressão também. Então, eu acho que isso faz parte, o projeto é apresentar, nós estamos trabalhando isso, também apresentar na Comissão da Verdade um relatório com relação a isso.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Bom, vamos indo para o encerramento, porque as pessoas aguardaram, disciplinadamente até o encerramento. Eu quero pedir desculpa do atropelo do início para tentar fazer a recomposição da memória do Movimento Operário.

Salvador, eu queria lhe dizer o seguinte, tem um companheiro chamado Enzo Luís Nico Júnior, tem um outro, Everaldo Gonçalves, que mapeiam tudo sobre o Curió pós, e está à companheira Petit aqui, da família Petit, dos desaparecidos do Araguaia, Curió pós-ditadura, deixa eu falar direito, Curió pós-ditadura. O Delmar é geólogo, vamos incluir ele nessa Comissão.

O Curió, o Curió, até hoje, até hoje é o maior controlador dos garimpos da Amazônia.

**O SR. –** Ainda?

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Hoje. Hoje. Só não vou poder falar no microfone quem são os dois grandes protetores, os grandes dois políticos protetores da região norte que o acobertam e dão as concessões dos garimpos para ele explorar livremente e circular com essas mercadorias pela Amazônia.

Não é muito difícil, os dois são do mesmo estado. Então, Salvador, meu querido Salvador, e um manda para chuchu lá no Ministério.

Então é o seguinte, Salvador, o Curió é o maior exemplo de crime continuado. Porque além da questão do Araguaia, ele vai para Serra Pelada, monta aquele garimpo todo, além do pessoal que morreu nesse dia que você se referiu, morreu o tempo todo. É o maior exemplo de trabalho escravo no século XX.

E, repito, ele continua controlando, por isso que garimpo não tem controle, por isso que garimpo não tem controle. Aquele livro do rapaz, Leonêncio Nossa, embora ele tenha aderido muito às teses do Curió, tem coisas muito interessantes lá. Mas isso é uma coisa que o povo brasileiro, porque até hoje, Sebastião Curió é um dos maiores mineradores da Amazônia. Um dos maiores mineradores.

Então, vamos lá. Agradecendo, viu, companheiros, vocês que se dedicam praticamente, Neto, Astuto, Domingos e Waldemar, todos os companheiros da oposição que se dedicam a isso, você precisa contar essa história dos Queixadas. Você viu, já vou falar, já vou falar, Amelinha. Você viu que aquela terá de Americana, que o pessoal do MST era para ser despejado, que deu para salvar aos 47 do segundo tempo, era dos Abdalla, era terra do, aquele povo lá, como é que é o nome do...

**O SR. –** Todo Parque Anhanguera.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Sim. Além do Parque Anhanguera, agora, aquele povo que estava lutando, acampamento Milton Santos, assentamento Milton Santos. É terra do Abdalla. E vocês sabem que a maior desapropriação do Brasil...

**O SR. –** Parque Anhanguera.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Não. Foi do Parque Vila- Lobos. Um dia a gente conta como é que foi desapropriado. O José Eduardo queria ganhar do Villa-Lobos desapropriando o casarão da Paulista. Não conseguiu, porque senão ia gerar o maior precatório do Brasil. O maior precatório do Brasil chama Parque Villa-Lobos. Eu também não posso dizer os três políticos que fizeram a negociação para comprar aquele terreno dos Abdalla.

A Amelinha vai dar um informe final.

Dando continuidade ao fechamento, só o fechamento das datas. Ivan, muito obrigado, companheiros do Arquivo. Vários companheiros se referiram a mim, eu só estou coordenando. O trabalho é a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo. É um trabalho conjunto do Ivan Seixas, da Amelinha, do Renan, da Tais, da Tatiana, do Koba, da Vivian e, se eu não cometi nenhuma injustiça, conclua, Amelinha, por favor.

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES–** Eu só queria concluir mesmo com as propostas. Primeiro eu queria pedir autorização para todas as pessoas que prestaram depoimentos aqui, que essas informações pudessem ser usadas para subsidiar o relatório que essa Comissão deve produzir. Que essa Comissão é um braço da Comissão Nacional, então deve encaminhar esse relatório aqui para Comissão Nacional. Essa é a primeira questão.

A segunda questão acho que ficou muito, eu agradeço muito a contribuição de cada um dos sindicalistas aqui, não é. Foi extremamente importante, e ficou muito confirmado toda denúncia que o Ivan trouxe aqui em relação aos livros do DOPS, que tem a presença, tem a participação do representante da FIESP e a participação direta do cônsul dos Estados Unidos na época e isto é importante que a Comissão aqui, junto com a Comissão Nacional, faça a convocação dos representantes da FIESP para facilitar a investigação. E também faça a convocação dos representantes do Consulado para que possa fazer os devidos, fortalecer esse processo investigatório, porque aqui nós temos que estar avançando nesse processo de encontrar a verdade. Nós estamos buscando a verdade. Eu acho que todo mundo aqui contribuiu muito.

E, por último, eu só queria lembrar que, hoje eu estou emocionada, desde ontem, que eu vi, pela primeira vez, olha, nós trabalhamos, eu sou da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, e tem um desaparecido político que nem a foto dele nós tínhamos. Há muito tempo nós buscamos informação, que é o Francisco Manoel Chaves, um negro, marinheiro, chegou a ser marinheiro e que, até nós descobrimos que ele era mineiro, porque a gente achava que ele era carioca. Sempre nós trabalhamos com essa ideia.

E está ali à foto dele, eu acho que está ali, aquele homem negro, que foi guerrilheiro do Araguaia e lá, com 66 anos, eu acho que até menos, mas vamos, 66 anos, ele foi assassinado e é desaparecido até hoje. Nós buscamos restos mortais, parece que nós vamos encontrar esses restos mortais. Parece que o dele nós vamos ver se, é uma grande vitória, porque tem muitos anos que nós buscamos o rosto dele. Ele é um desaparecido sem rosto. E agora ele tem um rosto. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Obrigado a todos. Amanhã a sessão começa a que horas, Amelinha, à tarde?

**A SRA. MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA TELES–** Às 10h.

**O SR. PRESIDENTE ADRIANO DIOGO – PT –** Às 10h. Danilo, eu também quero lhe agradecer pela contribuição. Amanhã às 10h. Aylton Mortati, obrigado.

\* \* \*